



Relatório Anual 2016



SUMÁRIO

ABERTURA	3
1. Mensagem da Diretoria	3
ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE.....	4
2. Assuntos de Relevância.....	4
3. Governança Corporativa	5
INFORMAÇÕES GERAIS.....	7
4. Número de Participantes e Assistidos.....	7
5. Receitas e Despesas Previdenciais	7
6. Despesas Administrativas	8
INVESTIMENTOS	10
7. Gestão dos Investimentos	10
8. Patrimônio Líquido e Demonstração Patrimonial e de Resultados.....	16
9. Política de Investimentos.....	18
PLANO ASSISTENCIAL.....	21
10. PLASS	21
RESULTADOS	22
11. Demonstrações Contábeis.....	22
12. Notas Explicativas	31
PARECERES.....	48
13. Parecer Atuarial do Plano de Benefício Definido	48
14. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios II.....	54
15. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	57
16. Parecer do Conselho Fiscal	60
17. Parecer do Conselho Deliberativo	61
ENCERRAMENTO.....	62
18. Expediente.....	62

ABERTURA

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Mais do que simplesmente cumprir uma obrigatoriedade da legislação de previdência complementar, a FAECES traz neste seu Relatório de Informações 2016 um breve relato de sua constante busca por eficiência na gestão dos planos de benefícios, melhores resultados e segurança para os participantes e assistidos.

Novamente, o Relatório Anual de Informações é publicado apenas eletronicamente (em PDF, apropriado para download, e digital, navegável e dinâmico), como forma de reduzir custos com impressão e postagem, bem como, para tornar sua leitura mais agradável.

O ano que passou foi muito difícil para o país, em razão do quadro recessivo da economia e de instabilidade política, que geram retração de investimentos e maior volatilidade nos mercados financeiro e de capitais. Mesmo com este cenário de dificuldade, conseguimos resultados consistentes – frutos de uma gestão pautada pela prudência na aplicação dos recursos dos participantes.

Além disso, em 2016, fomos submetidos à fiscalização da PREVIC e atendemos a todas as determinações da autarquia. Mais uma prova das boas práticas de governança corporativa que adotamos.

Para 2017, uma de nossas metas principais é aumentar a adesão dos colaboradores ao Plano de Benefícios II, a partir da demonstração da importância de se contar com a previdência complementar no momento da aposentadoria, bem como das inúmeras vantagens que o Plano possui frente àqueles oferecidos por bancos e seguradoras.

Boa leitura!

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

2. ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA

• SERVIÇO PASSADO

Em agosto de 2001 foi celebrado um Contrato de Confissão de Dívidas entre a CESAN e a FAECES onde a Patrocinadora reconheceu uma dívida com a Fundação referente ao tempo de serviço passado dos seus empregados, anterior à criação do Plano de Benefício Definido, e que foi averbado como tempo de contribuição efetiva a este.

Ao final de 2015 o saldo remanescente foi repactuado através do Termo Aditivo 03 e foi acrescido dos valores determinados por estudo atuarial específico, em função das alterações do plano de cargos e salários do patrocinador, bem como, dos percentuais de aumento real concedidos. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros, o novo montante, R\$ 28.507.906,81, está sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas desde janeiro de 2016.

O montante de dívida reconhecida ao final de 2016 é de R\$ 22.806.325,46, restando 48 parcelas mensais e sucessivas contados a partir de 31/12/2016.

Através de controles mantidos pela Fundação, podemos assegurar que a CESAN pagou todas as prestações referentes ao ano de 2016 com juros e correção, conforme estabelecido no termo Aditivo ao contrato.

• CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Desde março de 2012 a FAECES vem cobrando contribuição extraordinária dos participantes, assistidos e patrocinadores do Plano de Benefício Definido a fim de equacionar o déficit acumulado no final do ano de 2010.

Em 2016, essas contribuições foram recebidas regularmente pela Fundação através de desconto no benefício mensal dos assistidos e na folha de pagamento dos participantes do Plano de Benefício Definido, bem como do pagamento dos patrocinadores. Os percentuais aplicados em 2016 e que serão aplicados em 2017 são os seguintes:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS			
Período	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
de março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
de março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
de março/2017 a fevereiro/2018	2,15%	1,80%	2,14%

Os percentuais de contribuição extraordinária serão cobrados por mais 12 meses a partir de março/17, ou seja, até o mês de fevereiro de 2018, data em que encerra o pagamento de contribuição extraordinária referente ao déficit ocorrido entre 2008 a 2010.

É importante esclarecer que a contribuição extraordinária determinada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) tem o objetivo de recomposição das reservas necessárias para o pagamento de benefícios atuais e futuros.

- **PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PERMANECE SEM CORREÇÃO PARA 2017**

A FAECS manteve a política de redução de custos administrativos e não aumentou a contribuição administrativa a ser paga pelos participantes, assistidos e patrocinadores em 2017. A saber, tal contribuição é destinada a custear as despesas administrativas realizadas pela Fundação na administração dos planos de benefícios.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

- **ALTERAÇÃO NA DIRETORIA**

O Conselho Deliberativo decidiu pela recondução do Sr. Luiz Carlos Cotta para o cargo de Diretor-Presidente, para o mandato de 26/04/2016 a 25/04/2020. O Diretor-Presidente passou a acumular as funções inerentes ao cargo de Diretor de Seguridade, até que o Conselho faça a designação de profissional para assumir referida diretoria.

- **MUDANÇAS NOS CONSELHOS**

Em dezembro de 2016, os participantes e assistidos elegeram dois membros do Conselho Deliberativo e dois membros do Conselho Fiscal, e seus respectivos suplentes.

Os membros eleitos terão mandato de quatro anos, com início em 16/03/2017 e término em 15/03/2021.

Vale lembrar que esse processo definiu apenas metade das vagas dos Conselhos da FAECS. A outra metade, cujo mandato termina em 25 de abril de 2019, é preenchida por conselheiros e suplentes indicados pelos patrocinadores.

Os conselheiros e suplentes eleitos são:

Conselho Deliberativo

Adivalti Antônio Nunes Loureiro - Membro Efetivo (obteve a recondução do mandato)

Sebastião Fortes Coelho - Membro Suplente

Bianca Lemos de Sousa Lima - Membro Efetivo

Átila Travaglia Pasini - Membro Suplente

Conselho Fiscal

Millena Plaster Benevides Freitas - Membro Efetivo

Leandro Rezende de Abreu - Membro Suplente

Reginaldo José de Castro - Membro Efetivo

Renato de Sousa Zanon - Membro Suplente

- **CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE DIRIGENTES E CONSELHEIROS**

Ao final de 2016, todos os diretores e membros efetivos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal estavam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica. Dois membros suplentes do Conselho Deliberativo e dois membros suplentes do Conselho Fiscal também estavam certificados. A FAECS possui também dois de seus empregados certificados.

Toda a Diretoria Executiva e membros efetivos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal estavam habilitados pela PREVIC, ao final de 2016. Também estavam habilitados dois suplentes do Conselho Deliberativo indicados pelos patrocinadores e a Entidade continuava aguardando a habilitação de dois suplentes do Conselho Fiscal indicados pelos patrocinadores cujo processo foi encaminhado à PREVIC no início de dezembro de 2016.

- **TREINAMENTO DE DIRIGENTES, CONSELHEIROS E EMPREGADOS**

Em 2016, empregados, diretores e conselheiros da FAECES participaram de diversos eventos que contribuíram para a capacitação e ampliação dos conhecimentos do segmento de previdência complementar, agregando mais experiência na gestão da Entidade.

O conhecimento técnico é imprescindível para que se possa avaliar, controlar e mitigar os riscos aos quais as entidades e planos de benefícios estão expostos. Por isso, a Fundação continua a investir na qualificação dos seus dirigentes, conselheiros e empregados de forma a se buscar a competência técnica e gerencial desejada.

- **SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA FAECES PELO PATROCINADOR CESAN**

O Patrocinador CESAN realizou auditoria na FAECES, em atendimento ao estabelecido na Lei Complementar nº108/2001. O resultado da auditoria foi submetido à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, sendo as recomendações prontamente atendidas pela FAECES.

- **FISCALIZAÇÃO PREVIC**

A FAECES foi submetida à fiscalização da PREVIC a partir do mês de maio de 2016, cujo teor abordou quatro tópicos: Controles Internos de Governança – Estrutura Gerencial, Conselho Fiscal – Controles e Relatórios, Controle Interno de Previdência e Atuária – Equilíbrio Técnico e Controle Interno de Investimentos – Processo Decisório. Em 06 de outubro de 2016, a PREVIC encaminhou Ofício informando o encerramento da ação fiscal, tendo em vista que todas as determinações foram atendidas pela FAECES.

- **SISTEMA INFORMATIZADO – ÁREA RESTRITA**

Em 2016 a FAECES, após a substituição do seu sistema informatizado utilizado na gestão previdenciária, de investimentos, administrativa e assistencial, voltou a disponibilizar a área restrita aos participantes e assistidos, onde é possível verificar as informações cadastrais, de benefícios, de contribuições e de empréstimos.

INFORMAÇÕES GERAIS

4. NÚMERO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A FAECES encerrou o exercício de 2016 com 1.047 participantes e 899 assistidos. A distribuição dos Participantes e Assistidos comparada ao exercício anterior, pode ser verificada nos quadros abaixo.

Com a implantação de um novo plano de benefício em 2005, o Plano de Benefício Definido está fechado a novas adesões. Portanto, a tendência desse plano é a redução gradativa do número de participantes e aumento do número de assistidos, considerando que muitos deles já se encontram elegíveis à aposentadoria.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
	31/12/2016	31/12/2015
Participantes	457	514
Ativos	456	514
Autopatrocinados	1	0
Assistidos	898	858
Aposentadoria	718	686
Pensão por Morte	180	172
TOTAL	1.355	1.372

O Plano de Benefícios II teve início em fevereiro de 2006 e está aberto a adesões de novos participantes.

PARTICIPANTES PLANO DE BENEFÍCIOS II		
	31/12/2016	31/12/2015
Participantes	590	581
Ativos	578	566
Autopatrocinados	12	15
Assistidos	1	1
Aposentadoria	1	1
TOTAL	591	582

5. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

O Plano de Benefício Definido obteve, no final do exercício de 2016, R\$ 17.904.862,86 de receitas previdenciais e R\$ 21.329.523,00 de despesas previdenciais, conforme informações apresentadas a seguir.

Valores em R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais e Extraordinárias		Contribuição Serviço Passado	Autopatrocinados	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes e Assistidos	Patrocinador			
2015	2.774.105	4.295.070	9.371.230	1.308.539	421	17.749.365
2016	2.789.093	4.488.211	9.145.223	1.482.302	34	17.904.863

Na coluna "Autopatrocinados", além daqueles que tiveram rescisão contratual e optaram pelo autopatrocínio, estão incluídos os empregados que pagam a sua contribuição e a do Patrocinador.

Valores em R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS					
ANO	Aposentadoria	Pensão	Pecúlio	Resgate	Total
2015	15.937.235	1.397.463	82.810	-	17.417.509
2016	18.859.546	1.724.972	66.638	678.367	21.329.523

• PLANO DE BENEFÍCIOS II

O Plano de Benefícios II obteve, no final do exercício de 2016, R\$ 4.002.231,75 de receitas previdenciais e R\$ 232.909,23 de despesas previdenciais. Este Plano possui receitas previdenciais muito superiores às despesas porque é um plano relativamente novo e possui apenas 1 (um) assistido.

Valores em R\$

RECEITAS PREVIDENCIAIS						
ANO	Contribuições Normais		Autopatrocinados	Portabilidade	Outros	TOTAL
	Patrocinador	Participantes				
2015	1.682.985	1.708.073	38.277	0	25	3.429.361
2016	1.957.081	2.011.789	31.441	0	1.921	4.002.232

Valores em R\$

DESPESAS PREVIDENCIAIS				
ANO	Aposentadoria	Resgate	Portabilidade	Total
2015	3.562	16.197	-	19.760
2016	3.884	50.924	178.102	232.909

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas dos planos de benefícios são gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos, incluídas as despesas administrativas de investimentos. Tais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa - PGA que é responsável pelos registros das operações administrativas e possui patrimônio próprio segregado do patrimônio dos planos de benefícios. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas definidas no Regulamento do PGA deduzidas das despesas específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

No quadro a seguir estão representadas as despesas realizadas no ano de 2016, segregadas por plano de benefícios. As despesas referentes a serviços de terceiros englobam serviços prestados por consultoria atuarial, assessoria jurídica, consultoria financeira, informática, auditoria contábil, serviços de divulgação e gráficos, entre outras. As despesas gerais incluem os gastos

com despesas bancárias, cartorárias, condomínio, contribuições associativas, locação de imóveis, energia elétrica, materiais de expediente, entre outras. Já as despesas com tributos referem-se ao pagamento da TAFIC, Pis, Cofins, IPTU e outros.

Valores em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL E DE INVESTIMENTOS			
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	TOTAL
Despesas Administrativas	2.529.394	161.451	2.690.845
Gestão Previdencial	1.803.749	115.133	1.918.882
Pessoal e Encargos	1.057.129	67.476	1.124.605
Treinamentos/Congressos e Seminários	25.657	1.638	27.294
Viagens e Estadias	9.717	620	10.337
Serviços de Terceiros	485.379	30.982	516.361
Despesas Gerais	93.682	5.980	99.662
Depreciações e Amortizações	31.023	1.980	33.003
Tributos	101.163	6.457	107.621
Investimentos	725.645	46.318	771.962
Pessoal e Encargos	418.862	26.736	445.598
Treinamentos/Congressos e Seminários	10.166	649	10.815
Viagens e Estadias	3.850	246	4.096
Serviços de Terceiros	204.908	13.079	217.987
Despesas Gerais	35.483	2.265	37.748
Depreciações e Amortizações	12.292	785	13.077
Tributos	40.084	2.559	42.642

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS				
Descrição	Plano de Benefício Definido	Plano de Benefícios II	Plano de Gestão Administrativa	TOTAL
Despesas de Investimentos	891.554	59.739	1.886	953.178
Despesas Diretas de Investimentos	122.185	9.358	1.886	133.429
Custodia e Centralização dos Investimentos	77.816	5.143	203	83.162
Taxas, Tarifas, Corretagens e Emolumentos	26.659	1.590	1.115	29.364
Consultoria para Análise e Avaliação dos Investimentos	10.058	-	-	10.058
Provisão de Impostos s/ Aplicações Financeiras	7.653	2.626	568	10.846
Despesas Indiretas de Investimentos	769.369	50.381	-	819.750
Cobertura/Revers. de Desp. Adm. dos Invest.	725.645	46.318	-	771.962
Taxa Adm. Empréstimo	43.724	4.063	-	47.787

INVESTIMENTOS

7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, onde a FAECES encontra-se inserida, são disciplinadas pela Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro 2009 e alterações posteriores, e pela Política de Investimentos de cada plano, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de assegurar o equilíbrio entre o ativo e o passivo dos planos, os recursos financeiros disponíveis para investimentos são aplicados em produtos financeiros que possam proporcionar a liquidez desejada com o grau de segurança exigido.

A seguir são apresentadas informações sobre os investimentos dos planos administrados pela FAECES.

• CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Apesar de ter uma despesa previdencial elevada devido ao pagamento de benefícios, o Plano de Benefício Definido obteve uma elevação nos recursos aplicados em função do resultado positivo dos investimentos realizados pela FAECES. O Plano de Benefícios II é um plano novo e paga benefício a um único assistido, que se aposentou por invalidez e também obteve resultado positivo nos investimentos.

Abaixo a composição das carteiras dos planos administrados pela FAECES no encerramento dos exercícios de 2016 e 2015.

Valores em R\$		
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO		
SEGMENTO	2016	2015
Renda Fixa	197.406.988	193.416.831
Imóveis	475.205	439.779
Renda Variável	31.005.739	27.076.626
Estruturados	41.207.796	27.105.692
Operações com participantes	3.865.968	4.002.253
Total	273.961.696	252.041.180

Valores em R\$		
PLANO DE BENEFÍCIOS II		
SEGMENTO	2016	2015
Renda Fixa	15.775.739	12.881.138
Renda Variável	2.078.470	701.383
Estruturados	3.172.724	1.693.984
Operações com participantes	428.448	352.057
Total	21.455.381	15.628.562

Valores em R\$		
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)		
SEGMENTO	2016	2015
Renda Fixa	1.128.245	635.890
Total	1.128.245	635.890

• RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO/MODALIDADE

O retorno dos investimentos foi impactado pelo cenário econômico adverso e pelo aumento da inflação, assim como pelo resultado do segmento de renda variável abaixo do esperado. Porém, em função da estratégia dos investimentos das carteiras dos planos, a rentabilidade obtida nos Planos administrados pela FAECES foi positiva e embora não tenha alcançado a meta atuarial, superou diversos índices de inflação tais como INPC (6,58%), o IGPM (7,19%) e o IPCA (6,29%).

Plano de Benefício Definido

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2016 no Plano de Benefício Definido foi 10,74%, percentual abaixo da meta atuarial de 13,46% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	9,03	INPC + 5,65% a.a.	12,6	-3,57
Renda Fixa (Referenciado)	20,24	INPC + 5,65% a.a.	12,6	7,64
Estruturados (Multimercado)	17,07	INPC + 8% a.a.	15,11	1,96
Estruturados (Participações)	10,35	INPC + 8% a.a.	15,11	-4,76
Renda Variável	4,77	INPC + 8% a.a.	15,11	-10,34
Operações com Participantes	14,98	INPC + 5,65% a.a.	12,60	2,38
Imóveis	13,65	INPC + 5,65% a.a.	12,60	1,05

Plano de Benefícios II

A rentabilidade líquida obtida no ano de 2016 no Plano de Benefícios II foi 13,30%, percentual abaixo da meta atuarial de 13,46% (INPC aplicado com um mês de defasagem mais 5,65% a.a.).

PLANO DE BENEFÍCIOS II				
SEGMENTO/MODALIDADE	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa (Tradicional)	12,94	INPC + 5,65% a.a.	12,60	0,34
Renda Fixa (Referenciado)	24,66	INPC + 5,65% a.a.	12,60	12,06
Estruturados (Multimercado)	20,17	INPC + 8% a.a.	15,11	5,06
Estruturados (Participações)	17,31	INPC + 8% a.a.	15,11	2,2
Renda Variável	2,9	INPC + 8% a.a.	15,11	-12,21
Operações com Participantes	14,97	INPC + 5,65% a.a.	12,60	2,37

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)	META DE RENTABILIDADE (%)		DIFERENÇA EM PONTOS PERCENTUAIS
Renda Fixa	11,07	CDI	14,00	-2,93

- **RENTABILIDADE, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E TAXA DE PERFORMANCE DAS APLICAÇÕES**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA (Tradicional)	9,03	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	13,35	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	13,40	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	13,37	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	13,60	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	14,22	-	-
MODAL INSTITUCIONAL FIM	16,24	1,00% a 1,5%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI	8,85	0,18%	-
MAUÁ INSTITUCIONAL FIC FIM (Aplic. 02/08/2016)	7,42	1,35% a 1,50%	20% do que exceder IPCA + 5,5%
XP INVESTOR FIF CP LP	13,75	0,75% a 1,25%	20% do que exceder CDI
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	16,98	1%	-
FIDC MULT. SILVERADO MAXIMUM - 7ª SÉRIE	(91,01)	2,5%	-
IMÓVEIS	13,65	-	-
ALUGUÉIS (SALAS E GARAGENS)	13,65	-	-
RENDA FIXA (Referenciado)	20,24	-	-
SANTANDER FIC FI IMA-B RF LP (Aplic. 24/08/2016)	3,43	0,20%	20% do que exceder IMA-B
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	22,63	0,20%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF	8,99	0,50% a 0,80%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF (Aplic. 06/12/2016)	5,53	0,50% a 0,80%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF (Aplic. 08/12/2016)	3,77	0,50% a 0,80%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF (Aplic. 15/12/2016)	3,04	0,50% a 0,80%	-
ICATU VANGUARDA FIC FI INFL. LONGA RF (aplic. 23/12/2016)	1,62	0,50% a 0,80%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,98	-	-
EMPRÉSTIMOS	14,98	-	-
RENDA VARIÁVEL	4,77	-	-
ICATU VANGUARDA DIVIDENDO FIA	27,22	1%	-
QUELUZ VALOR FIA (Aplic. 06/05/2016)	8,56	2,0% a 2,75%	20% do que exceder IBRX
XP INVESTOR FIA (Aplic. 25/08/2016)	1,79	2% a 2,5%	20% do que exceder IBOVESPA
GAP AÇÕES FIA (Aplic. 25/08/2016)	(0,08)	3,5% a 3,7%	-
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA (06/05/2016)	7,33	2%	20% do que exceder IBOVESPA
SULAMÉRICA EXPERTISE FIA	13,42	0,9%	10% do que exceder IBOVESPA
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	17,07	-	-
BOZANO QUANT FIM	12,26	2,0% a 2,5%	20% que exceder o CDI
SAFRA GALILEO FIM	18,19	2,0%	20% do que exceder o CDI
MAUÁ MACRO FIC FIM (Aplic. 01/03/2016)	18,96	1,93% a 2,5%	20% do que exceder o CDI
MODAL TACTICAL FIC FIM (Aplic. 11/07/2016)	6,78	2,0% a 2,5%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	10,35	-	-
FIP - LACAN FLORESTAL	19,50	1,0%	20% do que exceder IPCA + 10%
FIP MALBEC (STD ANTONIO) + PUT MALBEC	13,70	0,147% (mínima de R\$ 20 mil)	-
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II	(24,59)	2%	20% do que exceder IPCA + 8%
FIP COPA FLORESTAL III	(25,70)	2%	20% do que exceder IPCA + 8%

** Para as aplicações realizadas em 2016, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

FIDC MultSilveradoMaximum 7ª série: rentabilidade impactada pela provisão de possível perda, porém houve recebimento de amortizações em 2016.

BTG Pactual Infraestrutura II: rentabilidade impactada pela provisão de possível perda, porém o Plano aplicou R\$ 3.163.012, já recebeu R\$ 2.127.437 em dividendos e ainda possui o saldo de R\$ 2.218.800.

FIP Copa Florestal III: influência da curva "J", ou seja, costuma apresentar desempenho negativo nos primeiros anos, quando está acontecendo a reestruturação das empresas, e ganhos elevados nos anos seguintes, quando as mudanças devem começar a mostrar resultados.

PLANO DE BENEFÍCIOS II	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA (tradicional)	12,94	-	-
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	13,37		
TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B)	14,22		
XP INVESTOR FIRF CP LP	13,21	0,75% a 1,25%	20% do que exceder CDI
MODAL INSTITUCIONAL FIM	16,24	1,00% a 1,5%	20% do que exceder CDI
ITAÚ INSTITUCIONAL REF. DI-FI	13,28	0,18%	-
MAUÁ INSTITUCIONAL FIC FIM (Aplic. 06/10/2016)	3,47	1,35% a 1,50%	20% do exceder IPCA+5,5%
RENDA FIXA (Referenciado)	24,66	-	-
BANESTES INSTITUCIONAL RENDA FIXA	26,37	0,20%	-
ICATU VANGUARDA FIC FIM INFL. LONGA RF	6,97	0,50% a 0,80%	-
ICATU VANGUARDA FIC FIM INFL. LONGA RF (Aplic. 05/12/2016)	5,53	0,50% a 0,80%	-
SANTANDER FIC FI IMA-B INST TP RF LP (Aplic. 06/09/2016)	3,23	0,20%	20% do que exceder IMA-B
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,97	-	-
EMPRÉSTIMOS	14,97	-	-
RENDA VARIÁVEL	2,90	-	-
QUELUZ VALOR FIA (Aplic. 06/05/2016)	8,69	2,0% a 2,75%	20% do que exceder IBRX
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA (Aplic. 24/08/2016)	(2,36)	2%	20% do que exceder IBOVESPA
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	9,20	1%	-
ESTRUTURADOS (MULTIMERCADOS)	20,17	-	-
MAUA MACRO FIC FIM (Aplic. 01/03/2016)	18,96	1,93% a 2,5%	20% do que exceder o CDI
MODAL TACTICAL FIC FIM (Aplic. 11/07/2016)	6,78	2,0% a 2,5%	20% do que exceder o CDI
SAFRA GALILEO FIM	18,19	2,0%	20% do que exceder o CDI
ESTRUTURADOS (PARTICIPAÇÕES)	17,31		
FIP LACAN FLORESTAL II	(2,65)	1,5%	20% do que exceder IPCA + 8%
FIP LACAN FLORESTAL II (Aplic. 07/12/2016)	(2,66)	1,5%	20% do que exceder IPCA + 8%
FIP MALBEC (STO ANTONIO) + PUT MALBEC	13,70	0,147% (mínima de R\$ 20 mil)	-

** Para as aplicações realizadas em 2016, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	Rentabilidade (% a.a.) **	Taxa adm. (% a.a.)	Taxa Performance (% a.a.)
RENDA FIXA	11,07	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI	12,21	0,30%	-
ITAÚ INSTITUCIONAL RF FI (Aplic. 06/12/16)	0,94	0,30%	-

** Para as aplicações realizadas em 2016, a rentabilidade é proporcional à data da aplicação

• DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	273.997.769
Carteira própria	128.353.559
Depósitos	56.622
Títulos Públicos	123.976.314
Empréstimos/Financiamentos	3.865.968
Carteira Imobiliária	475.205
(-) Valores a pagar (IOF empréstimos e Tarifas)	-20.548
Fundos	145.644.210
Banestes Institucional Renda Fixa	15.922.572
Santander FIC FI IMAB Inst. TP RF LP	9.570.834
Safrá Galileo FIM	2.462.693
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	12.316.716
Mauá Macro FIC FIM	8.064.305
Mauá Institucional FIC FIM	1.341.690
Modal Institucional FIM	19.532.285
Modal Tactical FIC FIM	5.723.421
Bozano Quant FIM	2.847.925
XP Investor FIRF CP LP	6.709.136
Sul América Expertise FIA	5.484.472
Gap Ações FIA	3.273.267
XP Investor FIA	3.334.594
Queluz Valor FIA	4.728.953
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	9.492.352
Vinci Gas Dividendos FIA	4.692.102
FIDC Credito Universitário	3.755.144
Silverado Maximum FIDC Multisetorial	385.197
BTG Pactual Infraestrutura II	2.218.800
Copa Florestal III FIP	148.605
Malbec FIP	11.351.235
Lacan Florestal FIP	8.390.812
Itaú Institucional REF DI FI	3.897.101

PLANO DE BENEFÍCIOS II	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	21.458.591
Carteira Própria	6.635.775
Depósitos	7.215
Títulos Públicos	6.204.117
Empréstimos/Financiamentos	428.448
(-) Valores a pagar (IOF empréstimos)	-4.005
Fundos	14.822.816
Banestes Institucional Renda Fixa	2.263.126
Santander FIC FI IMAB Inst. TP RF LP	699.971
Safrá Galileo FIM	527.189
Icatu Vanguarda FIC FI INFL. Longa RF	2.262.967
Mauá Macro FIC FIM	594.779
Mauá Institucional FIC FIM	356.959
Modal Institucional FIM	2.429.464
Modal Tactical FIC FIM	320.341
XP Investor FIRF CP LP	1.247.353
Queluz Valor FIA	326.059
Icatu Vanguarda Dividendos FIA	873.609
Vinci Gas Dividendos FIA	878.802
Malbec FIP	1.418.904
Lacan Florestal II FIP	311.511
Itaú Institucional REF DI FI	311.783

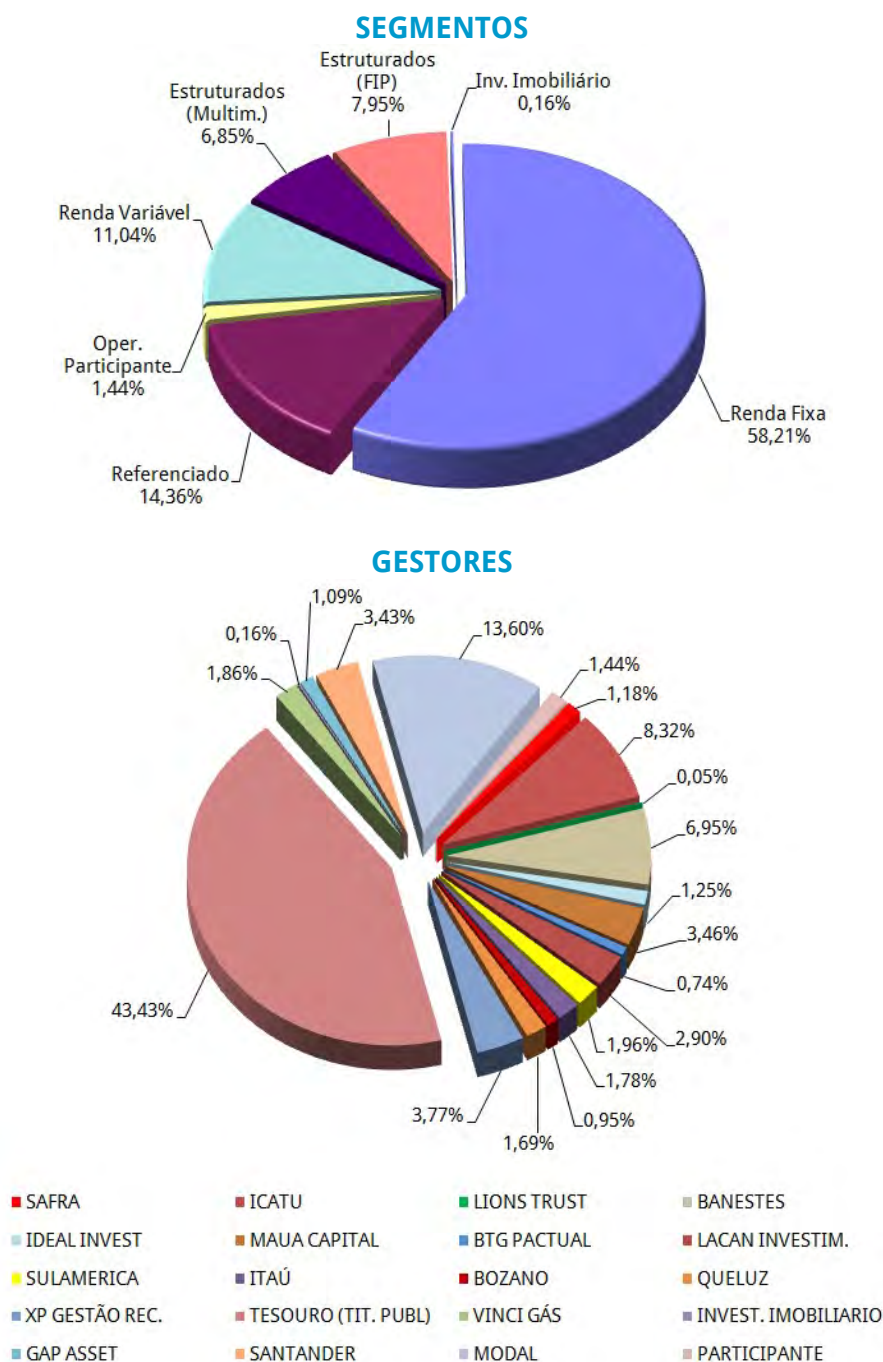
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	R\$
TOTAL DOS RECURSOS	1.173.055
Carteira Própria	44.810
Depósitos	47.491
(-) Valores a pagar (Tarifas)	-2.680
Fundos	1.128.245
Itaú Institucional RF FI	1.128.245

• DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Conforme consta nos guias de melhores práticas de investimentos elaborado pela Previc, órgão responsável pela fiscalização e supervisão das atividades dos Fundos de Pensão, a diversificação é uma prática comprovadamente mitigadora de riscos. Dessa forma, a FAECES faz desse princípio uma prática usual na gestão dos recursos dos planos por ela administrados, sem deixar de observar variáveis também importantes como segurança, liquidez e rentabilidade.

Para mitigação dos riscos e otimização dos resultados dos investimentos, a FAECES procura efetuar uma diversificação em busca de maior segurança aos investimentos dos recursos dos planos administrados pela Entidade.

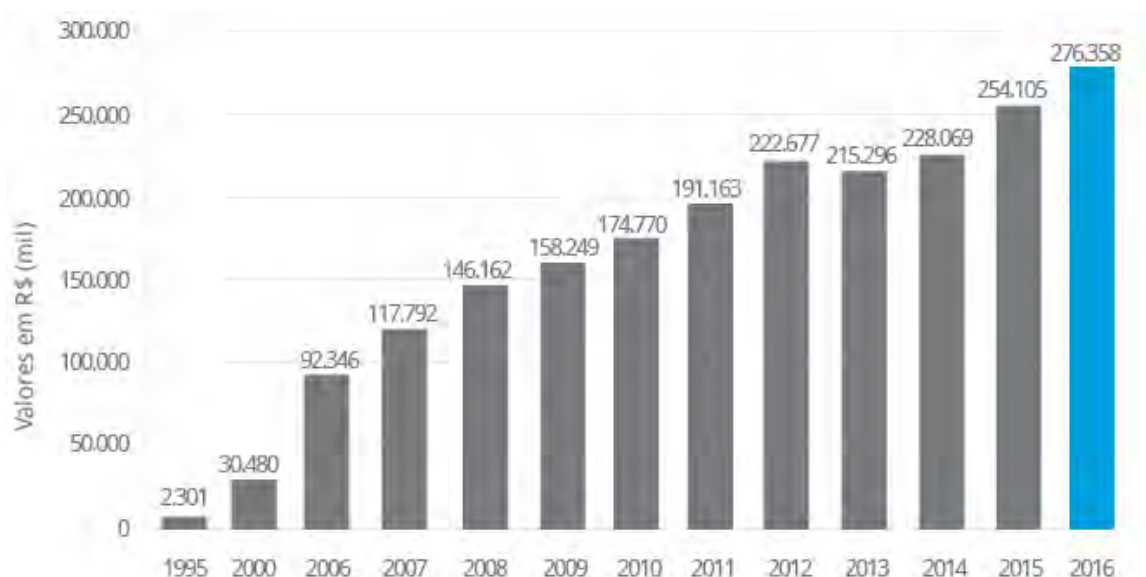
Conforme gráficos a seguir, pode-se observar uma clara diversificação da carteira consolidada dos planos por segmento de aplicação financeira e por gestores de investimentos, que também favorece o quesito redução de riscos.



8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Evolução do Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido do Plano de Benefício Definido obteve um crescimento em 2016 de aproximadamente 9% em relação ao ano anterior, mesmo com todas as adversidades encontradas no cenário macroeconômico.

Demonstração Patrimonial

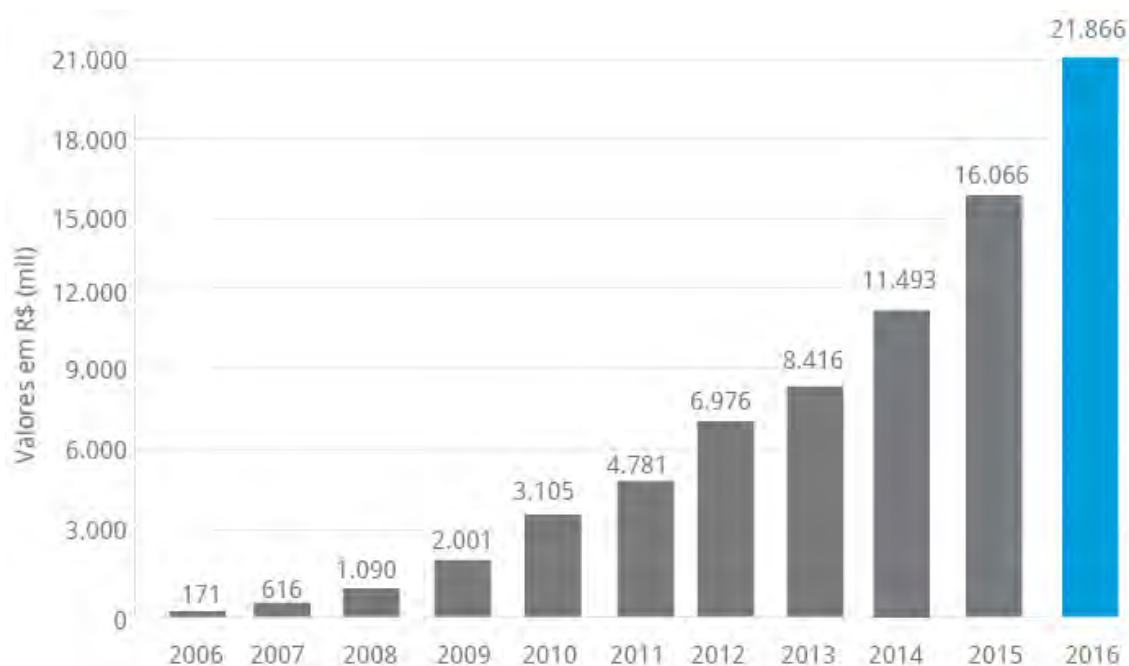
(Valores em R\$ mil)			
ATIVO	2016	PASSIVO	2016
DISPONÍVEL	57	EXIGÍVEL OPERACIONAL	970
		Gestão Previdencial	950
REALIZÁVEL	277.272	Investimentos	20
Gestão Previdencial	1.614		
Gestão Administrativa	1.697	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1
Investimentos	273.961	Gestão Previdencial	1
Títulos Públicos	123.976		
Fundos de Investimento	145.644	PATRIMÔNIO SOCIAL	276.358
Investimentos Imobiliários	475	Patrimônio de Cobertura do Plano	274.626
Empréstimos	3.866	Provisões Matemáticas	292.672
		Benefícios Concedidos	233.913
		Benefícios a Conceder	83.656
		(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(24.897)
		Equilíbrio Técnico Resultados	(18.046)
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(18.046)
		Fundos	1.732
		Fundos Administrativos	1.697
		Fundos de Investimentos	35
TOTAL DO ATIVO	277.329	TOTAL DO PASSIVO	277.329

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)	
DESCRIÇÃO	2016
(+) CONTRIBUIÇÕES	17.905
(-) BENEFÍCIOS	(21.330)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	27.047
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	23.622
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(2.397)
(-) CONSTITUIÇÃO DE CONTINGÊNCIAS	-
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(28.816)
(=) SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(7.591)

- PLANO DE BENEFÍCIOS II

Evolução do Patrimônio Líquido



O Plano de Benefícios II, por ser um plano jovem e em fase de crescimento, tem uma tendência crescente de patrimônio, como observado no gráfico acima. Além disso, pode ser destacado o fato que esse é um plano aberto para novas adesões.

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

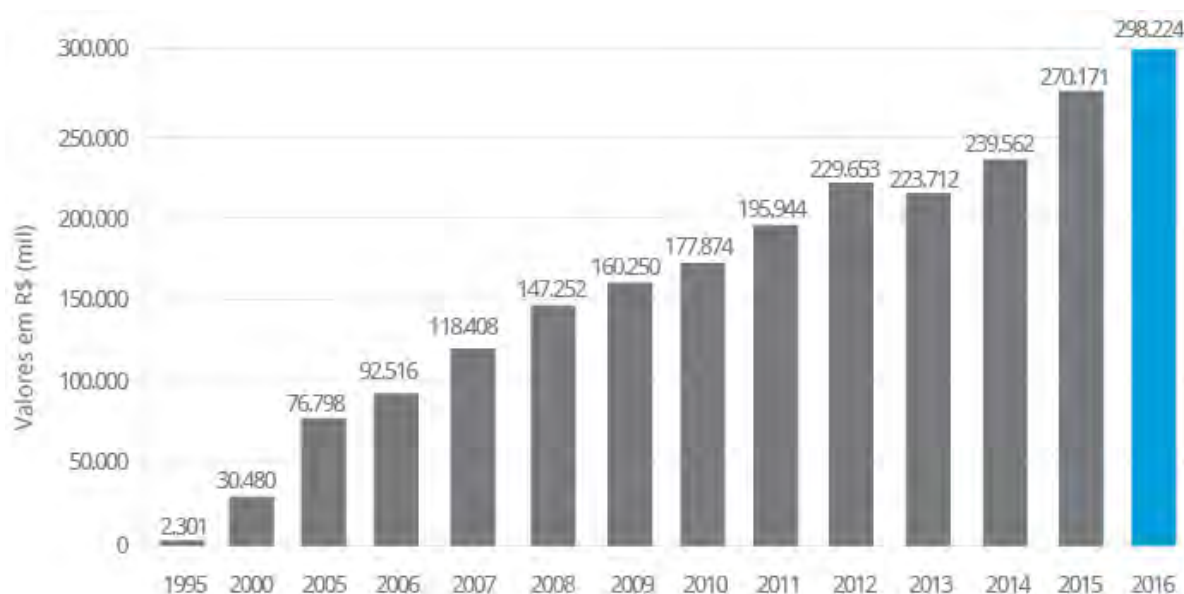
ATIVO	2016	PASSIVO	2016
DISPONÍVEL	7	EXIGÍVEL OPERACIONAL	71
		Gestão Previdencial	67
REALIZÁVEL	21.930	Investimentos	4
Gestão Previdencial	335	PATRIMÔNIO SOCIAL	21.866
Gestão Administrativa	140	Patrimônio de Cobertura do Plano	21.172
Investimentos	21.455	Provisões Matemáticas	21.172
Titulos Públicos	6.204	Benefícios Concedidos	50
Fundos de Investimento	14.823	Benefícios a Conceder	21.122
Empréstimos	428	Equilíbrio Técnico Resultados	-
		(-) Déficit Técnico Acumulado	-
		Fundos	694
		Fundos Previdenciais	552
		Fundos Administrativos	139
		Fundos de Investimentos	3
TOTAL DO ATIVO	21.937	TOTAL DO PASSIVO	21.937

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016
(+) CONTRIBUIÇÕES	4.002
(+) PORTABILIDADES	-
(-) BENEFÍCIOS	(4)
(-) RESGATES	(51)
(-) PORTABILIDADES	(178)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	2.284
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	6.053
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(319)
(-) FORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS C/ PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	(5.629)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(105)
(=) SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-

- EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
(PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E PLANO DE BENEFÍCIOS II)**



9. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Aprovada pelo Conselho Deliberativo no final do exercício de 2015, a Política de Investimentos dos planos administrados pela FAECS para o exercício de 2016 veio cumprir o que determina a legislação pertinente, além de balizar a gestão dos ativos dos planos e servir como importante ferramenta no planejamento da aplicação dos recursos de cada plano. A seguir são apresentadas algumas informações da Política de Investimentos vigente em 2016. A Política de Investimentos em sua integralidade pode ser consultada através do site da FAECS ou obtida diretamente na Entidade, conforme divulgado aos participantes e assistidos.

- ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
Segmento	Limite Legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	71,68%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	12,30%	0,0%	40,00%
Investimentos Estruturados	20%	13,18%	0,0%	20,00%
Investimentos no Exterior	10%	0,87%	0,0%	5,00%
Imóveis	8%	0,18%	0,0%	8,00%
Operações com Participantes	15%	1,79%	0,0%	5,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

ALOCÇÃO DOS RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
Segmento	Limite Legal	Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100%	100,00%	100,00%	100,00%

- **LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS**

Na aplicação dos recursos, os planos observam os limites estabelecidos na legislação vigente.

- **META ATUARIAL**

A meta atuarial para o Plano de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios II, para o ano de 2016 corresponde a INPC + 5,65% a.a.

- **DERIVATIVOS**

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

- **META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO**

Plano de Benefício Definido e Plano de Benefícios II

META DE RENTABILIDADE	
Renda Fixa	INPC + 5,65% ao ano
Renda Variável	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 8,00% ao ano
Imóveis	INPC + 5,65% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 5,65% ao ano

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

SEGMENTO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	CDI

- **APREÇAMENTO DE ATIVOS**

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos pelo custodiante e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

Em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

- **AVALIAÇÃO DE RISCOS**

A FAECES estabeleceu regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, gestão, operacional, legal e sistêmico.

No caso de investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela Entidade.

- **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A estrutura de investimentos dos planos atribui, em grande parte, a discricionariedade da administração dos recursos a gestores terceirizados. Portanto decidiu-se que os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

PLANO ASSISTENCIAL

10. PLASS

As atividades do Programa Assistencial são vinculadas ao Plano de Assistência a Saúde da FAECS - PLASS, que tem por objetivo primordial prestar serviços de saúde com a qualidade esperada pelos seus usuários.

O PLASS vem mantendo, através de um esforço conjunto da FAECS e CESAN, seu equilíbrio financeiro e encerrou o exercício de 2016 com um fundo assistencial de R\$ 2.274.072,21 apesar da complexidade em se administrar um plano de saúde com um número reduzido de usuários (401 vidas), dos procedimentos de alto custo devido às novas tecnologias, bem como inclusão de novos procedimentos determinados pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Percebe-se que o valor aplicado do plano de saúde é diferente do valor do Fundo Assistencial. Em uma comparação simples, o Fundo Assistencial é semelhante ao “Patrimônio Líquido” no balanço das empresas comerciais – ou seja, o Fundo é igual a soma dos Bens e Direitos do PLASS menos suas obrigações. A apuração do Fundo leva em conta todos os direitos a receber, inclusive contribuições ainda não recebidas e, se fosse o caso, os bens do ativo permanente. Da mesma forma, é necessário “descontar” as obrigações a pagar – entre elas às provisões estipuladas pelo órgão fiscalizador, que visam manter o equilíbrio do plano mas não significam necessariamente um desembolso de recursos.

Carteira de Investimentos

(Valores em R\$)

PLANO ASSISTENCIAL (PLASS)		
SEGMENTO	2016	2015
Renda Fixa	3.194.551	2.529.453
TOTAL	3.194.551	2.529.453

Demonstração dos Resultados

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016
(+) CONTRIBUIÇÕES	3.494
(-) DESPESAS MÉDICAS	(2.542)
(+) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	405
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.357
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.162)
(-) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	(195)
(=) SUPERÁVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	-

Demonstração Patrimonial

(Valores em R\$ mil)

ATIVO	2016	PASSIVO	2016
IMEDIATO	171	DESPESAS MÉDICAS A PAGAR	1.076
RECURSOS A RECEBER	55	DESPESAS ADMINISTRATIVAS A PAGAR	159
INVESTIMENTOS	3.195	OUTRAS EXIGIBILIDADES	7
Renda Fixa	3.195	FUNDO ASSISTENCIAL	2.274
DEPOSITO JUDICIAL	95		
TOTAL DO ATIVO	3.516	TOTAL DO PASSIVO	3.516

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis apresentadas a seguir são uma representação da posição patrimonial e financeira da FAECES e dos planos de benefícios por ela administrados no exercício de 2016.

- **CONSOLIDADO**

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores em R\$ mil)					
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DISPONÍVEL	111	16.761	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.469	551
			Gestão Previdencial	1.017	183
REALIZÁVEL	299.867	254.219	Gestão Administrativa	425	353
Gestão Previdencial	1.949	2.436	Investimentos	27	15
Gestão Administrativa	1.373	129			
Investimentos	296.545	251.654	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	483	483
Títulos Públicos	130.181	121.794	Gestão Previdencial	1	1
Fundos de Investimento	161.595	125.066	Gestão Administrativa	482	482
Investimentos Imobiliários	475	440			
Empréstimos e Financiamentos	4.294	4.354	PATRIMÔNIO SOCIAL	298.224	270.171
			Patrimônio de Cobertura do Plano	295.797	268.944
PERMANENTE	198	225	Provisões Matemáticas	313.843	279.399
Imobilizado	74	69	Benefícios Concedidos	233.962	208.930
Intangível	124	156	Benefícios a Conceder	104.778	101.680
			(-) Provisões Mat. a Constituir	(24.897)	(31.211)
			Equilíbrio Técnico	(18.046)	(10.455)
			Resultados realizados	(18.046)	(10.455)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(18.046)	(10.455)
			Fundos	2.427	1.227
			Fundos Previdenciais	552	446
			Fundos Administrativos	1.837	760
			Fundos de Investimentos	38	21
GESTÃO ASSISTENCIAL	3.516	2.826	GESTÃO ASSISTENCIAL	3.516	2.826
TOTAL DO ATIVO	303.692	274.031	TOTAL DO PASSIVO	303.692	274.031

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social – DMPS (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)

DESCRI��O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varia��o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	270.171	239.562	12,78
1. Adi��es	55.130	54.376	1,39
(+) Contribui��es Previdenciais	19.190	19.159	0,16
(+) Resultado Positivo Investimentos - Gestão Previdencial	31.200	31.938	(2,31)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	33	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	4.627	3.115	48,54
(+) Resultado Positivo Investimentos - Gestão Administrativa	96	116	(17,24)
(+) Constitui��o de Fundos de Investimentos	17	15	13,33
2. Destina��es	(27.077)	(23.767)	13,93
(-) Benefícios	(21.562)	(17.437)	23,66
(-) Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.869)	(2.645)	(29,34)
(-) Constitui��o de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Despesas Administrativas	(3.646)	(3.253)	12,08
(-) Constitui��o de Contingências - Gestão Administrativa	-	(432)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	28.053	30.609	(8,34)
(+/-) Provisões Matemáticas	34.445	16.414	109,85
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.591)	14.553	(152,16)
(+/-) Fundos Previdenciais	106	82	29,27
(+/-) Fundos Administrativos	1.077	(455)	(336,70)
(+/-) Fundos de Investimentos	17	15	13,33
4. Opera��es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	298.224	270.171	10,38
5. Gestão Assistenciais	195	903	(78,41)
(+) Receitas Assistenciais	3.899	3.192	22,15
(-) Despesas Assistenciais	(3.704)	(2.289)	61,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado)

(Valores em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO EXERCÍCIO ANTERIOR	760	1.215	(37,45)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.723	3.231	46,18
1.1. RECEITAS	4.723	3.231	46,18
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	2.716	2.020	34,46
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	772	678	13,86
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	48	-	100,00
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	95	116	(18,10)
REEMBOLSO DA GESTÃO ASSISTENCIAL	955	294	224,83
OUTRAS RECEITAS	137	123	11,38
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.646	3.284	11,02
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	1.919	2.309	(16,89)
PESSOAL E ENCARGOS	1.125	1.486	(24,29)
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	27	40	(32,50)
VIAGENS E ESTADIAS	10	13	(23,08)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	516	503	2,58
DESPESAS GERAIS	100	129	(22,48)
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	33	26	26,92
TRIBUTOS	108	112	(3,57)
OUTRAS DESPESAS	-	-	-
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	772	681	13,36
PESSOAL E ENCARGOS	445	434	2,53
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	11	12	(8,33)
VIAGENS E ESTADIAS	4	4	-
SERVIÇOS DE TERCEIROS	218	156	39,74
DESPESAS GERAIS	38	35	8,57
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	13	7	85,71
TRIBUTOS	43	33	30,30
OUTRAS DESPESAS	-	-	-
2.3. ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	955	294	224,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	955	264	261,74
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS	-	30	(100,00)
2.4. OUTRAS DESPESAS	-	-	-
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	402	(100,00)
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	1.077	(455)	(336,70)
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	1.077	(455)	(336,70)
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	1.837	760	141,71

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido – DMAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRI��O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varia��o (%)
A) ATIVO LÍQUIDO	253.400	226.968	11,65
1. ADI��OES	46.700	48.082	(2,87)
(+) CONTRIBUIÇOES	17.905	17.749	0,88
(+) RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	28.795	30.300	(4,97)
(+) REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-	33	(100,00)
2. DESTINA��OES	(25.475)	(21.650)	(17,67)
(-) BENEFÍCIOS	(21.330)	(17.418)	22,46
(-) RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(1.748)	(2.496)	(29,97)
(-) CONSTITUI��O DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-	-	-
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.397)	(1.736)	38,08
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	21.225	26.432	(19,70)
(+-) PROVIS��OES MATEMÁTICAS	28.816	(11.879)	(342,58)
(+-) SUPERÁVIT (DEFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(7.591)	(14.553)	(47,84)
4. OPERA��OES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	274.625	253.400	8,38
C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.732	(396)	(537,37)
(+-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.697	(410)	(513,90)
(+-) FUNDOS DE INVESTIMENTOS	35	14	150,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  o es contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	277,329	254,757	8,86
DISPONÍVEL	57	16.679	(99,66)
RECEBÍVEL	3.311	2.689	23,13
INVESTIMENTO	273.961	235.389	16,39
TÍTULOS PÚBLICOS	123.976	115.989	6,89
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	145.644	114.958	26,69
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	475	440	7,95
EMPRESTIMOS	3.866	4.002	(3,40)
2. OBRIGAÇÕES	972	652	49,08
OPERACIONAL	971	651	49,16
CONTINGENCIAL	1	1	—
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.732	705	145,67
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.697	685	147,74
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	35	20	75,00
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	274.625	253.400	8,38
PROVISÕES MATEMÁTICAS	292.671	263.855	10,92
SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO	(18.046)	(10.455)	72,61
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	(18.046)	(10.455)	72,61
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	6.266	6.488	(3,42)
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	(11.780)	(3.967)	196,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefício Definido)

(Valores em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	275.632	254.072	8,49
1. Provisões Matemáticas	292.672	263.855	10,92
1.1 Benefícios Concedidos	233.913	208.882	11,98
Benefício Definido	233.913	208.882	11,98
1.2 Benefícios a Conceder	83.656	86.184	(2,93)
Benefício Definido	83.656	86.184	(2,93)
1.3 Provisões Matemáticas a constituir	(24.897)	(31.211)	(20,23)
(-) Serviço Passado	(22.806)	(28.508)	(20,00)
Patrocinadores	(22.806)	(28.508)	(20,00)
(-) Déficit Equacionado	(2.091)	(2.703)	(22,64)
(-) Patrocinadores	(866)	(1.162)	(25,47)
(-) Participantes	(872)	(1.173)	(25,66)
(-) Assistidos	(353)	(368)	(4,68)
(-) Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias	-	-	-
(-) Patrocinadores	-	-	-
(-) Participantes	-	-	-
(-) Assistidos	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	(18.046)	(10.455)	72,61
2.1 Resultados Realizados	(18.046)	(10.455)	72,61
Déficit Técnico Acumulado	(18.046)	(10.455)	72,61
3. Fundos	35	20	75,00
3.2 Fundos de Investimentos	35	20	75,00
4. Exigível Operacional	970	651	49,00
4.1 Gestão Previdencial	950	638	48,90
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	20	13	53,85
5. Exigível Contingencial	1	1	-
5.1 Gestão Previdencial	1	1	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- PLANO DE BENEFÍCIOS II

Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido - DMAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)			
DESCRI��O	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Varia��o (%)
A) ATIVO LÍQUIDO	15.989	11.373	40,59
1. ADI��OES	6.407	5.068	26,42
(+) CONTRIBUIÇOES	4.002	3.429	16,71
(+) RESULTADO POSITIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	2.405	1.639	46,74
2. DESTINA��OES	(673)	(452)	48,89
(-) BENEFÍCIOS	(233)	(20)	1.065,00
(-) RESULTADO NEGATIVO INVESTIMENTOS – GESTÃO PREVIDENCIAL	(121)	(149)	(18,79)
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(319)	(283)	12,72
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	5.734	4.616	24,22
(+-) PROVIS��OES MATEMÁTICAS	(5.628)	(4.536)	24,07
(+-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	(106)	(80)	32,50
4. OPERA��OES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B. ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	21.723	15.989	35,86
C. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	143	(44)	(425,00)
(+-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	140	(45)	(411,11)
(+-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3	1	200,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstra  es contábeis

Demonstração do Ativo Líquido – DAL (Plano de Benefícios II)

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
1. ATIVOS	21.937	16.165	35,71
DISPONÍVEL	7	28	(75,00)
RECEBÍVEL	475	509	(6,68)
INVESTIMENTO	21.455	15.628	37,29
TÍTULOS PÚBLICOS	6.204	5.805	6,87
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	14.823	9.472	56,49
EMPRESTIMOS	428	351	21,94
2. OBRIGAÇÕES	70	99	(29,29)
OPERACIONAL	70	99	(29,29)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	143	77	85,71
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	140	75	86,67
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	3	2	50,00
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	21.724	15.989	35,87
PROVISÕES MATEMÁTICAS	21.172	15.543	36,22
FUNDOS PREVIDENCIAIS	552	446	23,77
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	-	-
B) (+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	431	433	(0,46)
C) (+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A + B)	431	433	(0,46)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (Plano de Benefícios II)

DESCRIÇÃO	(Valores em R\$ mil)		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	21.798	16.089	35,48
1. Provisões Matemáticas	21.172	15.542	36,22
1.1 Benefícios Concedidos	50	47	6,38
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	50	47	6,38
1.2 Benefícios a Conceder	21.122	15.495	36,31
Contribuição Definida	19.894	14.833	34,12
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	9.595	7.127	34,63
Saldo de Contas - parcela participantes	10.299	7.706	33,65
Benefício Definido	1.228	662	85,50
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	555	448	23,88
3.1 Fundos Previdenciais	552	446	23,77
3.2 Fundo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00
4. Exigível Operacional	71	99	(28,28)
4.1 Gestão Previdencial	67	99	(32,32)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4	-	100,00
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

12. NOTAS EXPLICATIVAS

1 – CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

A **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS DA CESAN – FAECES**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa/financeira, autorizada a funcionar pela Portaria do MPS nº 1.732, de 28.12.1994, que tem como objetivo conceder benefícios previdenciários, instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios como complemento da promoção do bem-estar social aos seus participantes e assistidos.

O patrimônio da FAECES é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade. Suas atividades foram iniciadas em abril/95, conforme escritura pública de constituição registrada em 25/04/1995, no cartório de registro civil de pessoas físicas e jurídicas da comarca de Vitória-ES, registrada no livro A-12 nº 11202.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos dos planos de benefícios administrados pela Entidade são oriundos das contribuições do patrocinador, dos participantes, dos assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, obedecendo ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

O Plano de Benefício Definido, fechado para novas adesões, foi estruturado na modalidade de Benefício Definido, sendo aprovado em 28/12/1994 pela Secretária de Previdência Complementar – SPC, através do ofício nº 1.255/GAB/CTI/SCA. Nesse plano, estão previstos os pagamentos de benefícios de suplementação de aposentadorias por idade, tempo de serviço, invalidez e especial, além de pensões.

Em novembro de 2005, a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, aprovou a implantação do Plano de Benefícios II através da Portaria nº 281, de 23/11/2005, cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante. Esse plano foi estruturado na modalidade cujas características são de contribuição variável.

A FAECES também é Operadora de um plano privado de assistência à saúde, PLASS – Plano de Assistência à Saúde da FAECES, na modalidade autogestão, com cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, de acordo com o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulamento do plano.

2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A partir do exercício de 2010, as atividades assistenciais de saúde seguem as práticas contábeis subordinadas a Agência Nacional de Saúde - ANS, por este motivo, o detalhamento das contas destinadas a gestão assistencial apresentadas neste relatório está contido nas demonstrações

contábeis da gestão assistencial elaboradas segundo determinação e padronização definidas pela ANS.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da FAECES em 09 de março de 2017.

A moeda funcional utilizada pela FAECES é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em Reais mil.

As Demonstrações Contábeis vigentes são:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPs (Consolidado);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado);
- Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);
- Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial).

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

- a) De acordo com as normas específicas e, seguindo a natureza e a finalidade das transações, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão Assistencial, além do Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa.
- b) Todos os ativos e passivos dos planos de benefícios previdenciais são registrados em separado, de forma real, sem utilização de rateio ou qualquer outra metodologia de gestão compartilhada de ativos.
- c) Os saldos das contas do Balanço foram mantidos pelos seus montantes originais; os investimentos nos Fundos de Investimentos são atualizados pelo valor de mercado e, os Títulos Públicos e os Derivativos pela curva do papel.
- d) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.
- e) Os títulos mobiliários são registrados por ocasião de sua aplicação pelo valor desembolsado, sendo os rendimentos apropriados “pro-rata temporis”, em função dos dias decorridos no mês e ajustados aos respectivos valores de mercado.
- f) Os ágios/deságios ocorridos na aquisição de títulos são amortizados mensalmente pro-rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.
- g) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.
- h) Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear às taxas de 10% ao ano, para: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, e de 20% ao ano, para: computadores e periféricos.

- i) As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa de consultoria externa atuarial, Projeção Consultoria Atuarial, e observaram o regime financeiro de capitalização, representando compromissos acumulados ao encerramento de cada exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder.
- j) O resultado dos Investimentos é transferido à respectiva Gestão.
- k) A custódia dos títulos e valores mobiliários e a responsabilidade pelo fluxo de pagamento e recebimento relativo às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados são exercidas pelo Banco Itaú, instituição devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM para executar tais funções.

3. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas com a Entidade são os Patrocinadores, os Participantes e Assistidos. Esta relação se dá através de um convênio de adesão, que possibilita a CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento, oferecer a seus empregados os planos de benefícios administrados pela FAECS.

3.1. Serviço Passado

Por intermédio de um contrato de confissão de dívida com pacto adjeto de caução, o Patrocinador assumiu a responsabilidade pelo repasse das contribuições sobre o tempo de serviço de seus empregados anteriores à constituição da Entidade. O montante destas contribuições foi calculado atuarialmente e, de acordo com os termos aditivos ao contrato, está sendo corrigido mensalmente pelo INPC e acrescido dos juros de 6% ao ano. O total da dívida vem sendo amortizado através de parcelas mensais e sucessivas, com previsão para quitação em dezembro de 2020. Os valores envolvidos e demais informações estão descritas na Nota 10.

3.2. Déficit Equacionado

Para equacionamento do Déficit acumulado no final do exercício de 2010, foram estipuladas contribuições extraordinárias para os Patrocinadores, os Participantes e os Assistidos, de forma que a responsabilidade fosse igualmente dividida entre as partes. Os valores e as condições estão expressos na Nota 10.

3.3. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos a participantes e assistidos também são considerados transações com parte relacionadas e estas operações estão detalhadas na Nota 5.

3.4. Administração da Entidade

A administração da FAECS é composta por três diretores, no entanto, no dia 25 de abril de 2016 terminou o mandato do diretor de seguridade e o Conselho Deliberativo decidiu designar o Diretor Presidente para assumir, cumulativamente, a Diretoria de Seguridade. Os custos relacionados aos honorários de diretor cedido pelo Patrocinador CESAN são integralmente ressarcidos a este, conforme convênios de cooperação técnica para cessão de empregados à Fundação. Em complementação ao salário recebido, a Entidade paga a seus Diretores, além de gratificação, a diferença no valor estipulado para os honorários conforme rege seu Estatuto Social. Os custos com a Diretoria em 31/12/2016 são representados como se segue:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
DIRIGENTES	933	1.101
HONORÁRIOS E GRATIFICAÇÕES	510	636
REEMBOLSO A CESAN	423	465

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os direitos da Entidade, valores relativos às contribuições patronal, de participantes e assistidos, e empréstimos descontados na folha dos patrocinadores.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista de Leopoldino Batista contra a CESAN. Por figurar no polo passivo, a FAECES participa do processo, mas toda a despesa, em caso de decisão desfavorável, será arcada pelo patrocinador.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.949	2.436
RECURSOS A RECEBER	1.936	2.319
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	1.601	2.050
CONTRIBUIÇÕES 5/13º SALÁRIO	335	269
DEPOSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	8	-
PROCESSOS CIVEIS	8	-
OUTROS REALIZÁVEIS	5	116
PRESTAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS À PARTICIPANTES A RECEBER DA CESAN	-	115
REPASSE DE VALORES ENTRE PLANOS	5	1

4.2. Gestão Administrativa

Registra as operações administrativas efetuadas pela Entidade, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelos repasses, a título de custeio administrativo, efetuados pela gestão previdencial e pelo fluxo dos Investimentos, bem como, pelas receitas oriundas de aplicação financeira das eventuais sobras de recursos, que após a dedução das despesas administrativas, promovem a constituição do fundo administrativo no caso de saldo não gasto ou, é feita a reversão desse fundo para o PGA no caso de insuficiência de saldo para as despesas.

As contas de valores a receber referem-se ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefício e foram incluídas nos “ajustes e eliminações para consolidação do balanço”, conforme nota 17.

O depósito judicial refere-se ao processo trabalhista descrito na nota 9.

Os outros realizáveis referem-se a repasse de valores pagos pelo PGA a serem reembolsados pelas outras gestões.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.373	129
CONTAS A RECEBER	818	76
CONTRIBUIÇÕES P/O CUSTEIO ADM	818	76
DESPESAS ANTECIPADAS	4	1
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	3	-
ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS	1	1
DEPÓSITO JUDICIAL	534	50
OUTROS REALIZÁVEIS	17	2
RESTITUIÇÕES DE DESPESAS DA CESAN	2	2
OPERAÇÕES ENTRE PLANOS	15	-

5. INVESTIMENTOS

Registra as aplicações dos recursos garantidores da reserva matemática nos limites e modalidades permitidas pela Resolução CMN no 3.792, de 24/09/2009 e alterações posteriores. Os títulos e valores mobiliários resultantes destas aplicações estão classificados contabilmente conforme especificado no plano de contas padrão, considerando os emissores desses ativos, ou seja, Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Em atendimento a Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os Títulos de Renda Fixa, considerados aqueles que garantem rentabilidade uniforme ao longo de sua existência e que se encontram registrados contabilmente nos seguintes grupos de contas: Títulos Públicos, Fundos de Investimento e Derivativos, estão segregados nas seguintes categorias:

- a)** Títulos Para Negociação - adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados, são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- b)** Títulos Mantidos até o Vencimento - com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a Entidade mantém interesse e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO
INVESTIMENTOS	161.595	130.180
TÍTULOS PÚBLICOS	-	130.180
NTN-B	-	130.180
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	161.595	-
REFERENCIADO	32.765	-
RENDA FIXA	23.565	-
AÇÕES	33.084	-
MULTIMERCADO	44.201	-
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.140	-
PARTICIPAÇÕES	23.840	-

5.1. Títulos Públicos

Os investimentos em títulos públicos estão registrados, de acordo com sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros e rendimentos decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério “pró-rata temporis”.

Conforme as características destes títulos, os juros acumulados são repassados aos investidores semestralmente. A sua aquisição se deu com taxas superiores a 6% a.a., o que rentabilizou para os planos um valor em torno de R\$ 7,73 milhões em 2016 e R\$ 6,45 milhões em 2015, correspondente aos pagamentos dos repasses. Considerando o volume investido em cada plano, o repasse em 2016 para o plano de Benefício Definido foi de R\$ 7,36 milhões (R\$ 6,15 milhões em 2015) e R\$ 374 mil (R\$ 306 mil em 2015) para o plano de Benefícios II.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
NTN-B	130.181	121.794
CUSTO	45.002	45.001
RENDIMENTO	87.910	79.698
JUROS	1.164	1.092
ÁGIO/DESÁGIO	(3.895)	(3.997)

O deságio apresentado no quadro acima é um ajuste do valor contábil do título na marcação a mercado por exigência da legislação, porém os títulos que compõe a carteira dos planos de benefícios previdenciários administrados pela FAECEs são marcados na curva uma vez que somente serão resgatados no vencimento.

5.2. Fundos de Investimento

Registra os investimentos realizados com aquisições de quotas de fundos de renda fixa, ações, multimercados, referenciados e participações, que são custodiadas no Itaú Unibanco S/A e possuem prazo de vencimento indeterminado. Estão avaliados de acordo com os cálculos dos respectivos gestores, que tomando por base as variações do mercado, determinam o valor das quotas.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	161.595	125.066
REFERENCIADO	32.765	3.708
RENTA FIXA	23.565	64.389
AÇÕES	33.084	11.126
MULTIMERCADO	44.201	13.496
DIREITOS CREDITÓRIOS	4.140	10.423
PARTICIPAÇÕES	23.840	21.924

5.3. Investimentos Imobiliários

Registra os investimentos realizados com aquisições de imóveis para uso próprio conforme determina a IN SPC nº34, de 24/09/2009. Os imóveis foram adquiridos a partir de 2006 e, com base nos laudos de avaliações, que contemplam o valor de mercado locativo, foi definido o aluguel a ser repassado pela Gestão Administrativa à Gestão Previdencial.

Até o exercício de 2014, os imóveis foram depreciados de acordo com sua vida útil, também determinada pelos laudos de avaliações, no entanto, as alterações promovidas pela IN PREVIC nº 15, de 12/11/2014, dispensam a depreciação para os imóveis avaliados anualmente. A partir de janeiro de 2015 a FAECES passou a reavaliar seus imóveis anualmente.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
ALUGUÉIS E RENDAS	475	440
USO PRÓPRIO	475	440
CUSTO CORRIGIDO	454	419
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(44)	(44)
ALUGUEL A RECEBER	5	5
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	60	60

Em 2016, realizamos a reavaliação dos imóveis de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31/10/2011, o laudo foi preparado pela empresa Consulting Engenharia S/S Ltda ME e está de acordo com o estabelecido na alínea J, do anexo A, da IN SPC nº 34 de 24/09/2009. O efeito da reavaliação está demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	DATA DA COMPRA	VALOR DE COMPRA	AValiação 2015	VALOR CONTÁBIL	AValiação 2016	DIFERENÇA AValiação X CONTÁBIL
SALA 1304	13/12/2006	R\$ 20	R\$ 37	R\$ 37	R\$ 41	R\$ 4
SALA 1305	17/09/2010	R\$ 45	R\$ 44	R\$ 44	R\$ 48	R\$ 4
SALA 1306	13/12/2006	R\$ 20	R\$ 51	R\$ 51	R\$ 56	R\$ 5
SALA 1307	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 52	R\$ 52	R\$ 57	R\$ 5
SALA 1308	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 54	R\$ 54	R\$ 59	R\$ 5
SALA 1309	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 55	R\$ 55	R\$ 60	R\$ 5
SALA 1310	01/08/2007	R\$ 20	R\$ 55	R\$ 55	R\$ 59	R\$ 5
SALA 1312	15/06/2015	R\$ 60	-	R\$ 60	R\$ 60	-
VAGA DE GARAGEM 09	13/12/2006	R\$ 7	R\$ 9	R\$ 9	R\$ 10	R\$ 1
VAGA DE GARAGEM 19	13/12/2006	R\$ 7	R\$ 9	R\$ 9	R\$ 10	R\$ 1
VAGA DE GARAGEM 35	13/12/2006	R\$ 4	R\$ 9	R\$ 9	R\$ 10	R\$ 1
TOTAL		R\$ 243	R\$ 375	R\$ 435	R\$ 470	R\$ 36

5.4. Operações com Participantes

Registra operações com participantes e assistidos relativas a empréstimos concedidos nos limites estabelecidos pela Resolução no 3.792, de 24/09/2009, com taxas de juros correspondentes ao INPC + 0,6% a.m. sobre o saldo devedor da operação. As operações estão registradas pelo valor principal acrescida dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Nas operações são acrescidos o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado na liberação.

De acordo com o regulamento dos empréstimos, dos juros auferidos, 0,03% são destinados a formação do Fundo Garantidor de Empréstimos – FGE e, 0,11% para taxa de administração do empréstimo.

As prestações dos empréstimos são descontadas na folha de salários dos patrocinadores e na folha de benefícios dos assistidos, e para os participantes sem desconto em folha, ou seja, os afastados por auxílio doença, licença sem vencimentos e autopatrocinados, são gerados boletos bancários com o valor da prestação.

Foram constituídas provisões para perdas relativas a inadimplência das operações com participantes conforme os critérios estabelecidos pela IN SPC 34 de 24/09/2009, que estabelece os percentuais de 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% para atrasos entre 121 e 240 dias, 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos acima de 360 dias. Considerando as parcelas vencidas, foram calculados os dias de atraso e aplicados os respectivos percentuais sobre o saldo devedor.

As operações com participantes podem ser assim representadas:

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.313	4.416
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(75)	(65)
VALORES A RECEBER	56	3
TOTAL DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	4.294	4.354

6. ATIVO PERMANENTE

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

O Intangível refere-se a implantação do novo sistema para gerenciamento das operações da FAECES, compreendendo os módulos de seguridade, financeiro, contabilidade, investimentos, administrativo e plano de saúde.

(Valores em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
PERMANENTE	198	225
IMOBILIZADO	74	69
BENS MÓVEIS	64	55
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	11	12
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3	4
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	46	33
CONDICIONADORES DE AR	4	6
BENS IMÓVEIS	10	14
BENFEITORIAS EM IMÓVEL DE TERCEIRO	10	14
INTANGÍVEL	124	156
GASTOS COM IMPLANTAÇÃO E REORGANIZAÇÃO	124	156
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA	124	156

As principais taxas de depreciações, amortizações utilizadas e movimentação do Ativo Permanente foram:

- Móveis e Utensílios, Máq. e Equipamentos – 10% a.a.
- Computadores e Periféricos (Hardware e Software) – 20% a.a.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – 5% a.a.
- Implantação de sistemas – 5% a.a.

(Valores em R\$ mil)

MOVIMENTAÇÃO DO PERMANENTE	2016	2015
1 - Saldo do Imobilizado = (1.1 + 1.2)	74	69
1.1 - Bens Móveis	64	55
Custo Corrigido	387	380
Adições	36	7
Baixas	(189)	-
Depreciações	(27)	(332)
1.2 - Benfeitorias em Imóvel de Terceiros	10	14
Custo Corrigido	17	17
Adições	-	-
Baixas	-	-
Depreciações	7	3
2 - Saldo do Intangível = (2.1 + 2.2)	124	156
2.1 - Implantação de Software	124	156
Custo Corrigido	161	161
Amortização	(37)	5
TOTAL DO PERMANENTE = (1+2)	198	225

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as operações com o Plano de Saúde da Entidade que encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, sob o nº 32.966-5, sendo suas despesas custeadas integralmente com recursos do PLASS.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Nessa rubrica são registradas as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes e assistidos, salários dos empregados da entidade, prestações de serviços, obrigações fiscais e cheques emitidos e não compensados até o final do exercício.

O item “Outras Exigibilidades” da Gestão Previdencial contemplava os valores a repassar à Gestão Assistencial, os valores a repassar à Gestão Administrativa ou entre os planos previdenciais, foram ajustados de acordo com as eliminações para consolidação do balanço, Nota 17.

O item “Outras Exigibilidades” dos Investimentos refere-se às taxas CETIP e SELIC a pagar e à provisão de IOF a recolher sobre as aplicações efetuadas no mês de dezembro, caso sejam resgatadas antes de 30 dias.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.469	551
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.017	183
BENEFÍCIOS A PAGAR	99	7
RETENÇÕES A RECOLHER	233	170
OUTRAS EXIGIBILIDADES	685	6
GESTÃO ADMINISTRATIVA	425	353
CONTAS A PAGAR	358	270
RETENÇÕES A RECOLHER	49	63
TRIBUTOS A RECOLHER	14	11
OUTRAS EXIGIBILIDADES	4	9
INVESTIMENTOS	27	15
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5	5
OUTRAS EXIGIBILIDADES	22	10

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa provisões constituídas com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica, em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A provisão relacionada com a Gestão Previdencial refere-se a um processo relativo à devolução de impostos retidos no valor de R\$1.000,00.

A Gestão Administrativa possui um processo trabalhista relativo a um pedido de reconhecimento de vínculo empregatício, no qual a fundação obteve êxito na primeira instância, contra uma sentença desfavorável na segunda. No aguardo do julgamento no Supremo, o valor calculado pelo perito foi depositado em juízo no início de 2016.

As provisões estão assim representadas:

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
GESTÃO PREVIDENCIAL	1	1
PROVISÃO	1	1
GESTÃO ADMINISTRATIVA	482	482
COMUM	482	482
PROVISÃO	482	482
TOTAL DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	483	483

10. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por profissional habilitado e demonstrado conforme diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Os cálculos registrados na contabilidade foram efetuados de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base nos Planos de Benefícios, tendo sido elaborado pela empresa Projeção Consultoria Atuarial Ltda, consultoria externa, conforme parecer atuarial datado de 25 de janeiro de 2017.

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial, definidas pelo Atuário, estão explicitadas no Demonstrativo Atuarial - DA.

10.1. Benefícios Concedidos

Representam o valor atual dos compromissos futuros dos planos de benefícios para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

10.2. Benefícios a Conceder

Representam a diferença entre o valor atual das obrigações futuras dos planos e o valor atual das contribuições futuras dos Participantes/Patrocinador, avaliados para participantes que não adquiriram o direito aos benefícios de prestação continuada.

10.3. Provisões Matemáticas a Constituir

Registram o valor atual das contribuições especiais futuras, na data das demonstrações contábeis. O Serviço Passado é de responsabilidade exclusiva do patrocinador e o Déficit Equacionado de responsabilidade dos participantes, assistidos e patrocinador.

- a) Serviço Passado - Representa o cálculo atuarial do valor a receber do patrocinador, relativo ao tempo de serviço dos seus empregados anteriores à criação da FAECES. Conforme Termo Aditivo 02 ao Contrato de Confissão de Dividas, assinado entre a Cesan e a FAECES, o montante, R\$ 26.649.244,07, foi dividido em 60 parcelas mensais, contadas a partir de janeiro de 2015 e, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano, mais o índice INPC, divulgado pelo IBGE, do mês anterior à competência da parcela. Ao final de 2015 o saldo remanescente daquele montante, R\$ 21.445.763,21, foi repactuado através do Termo Aditivo 03 e foi acrescido dos valores determinados por estudo atuarial específico, R\$ 7.062.142,61, em função das

alterações do plano de cargos e salários do patrocinador, bem como, dos percentuais de aumento real concedidos por ela. Mantidos os mesmos percentuais e critérios de correção e juros, o novo montante, R\$ 28.507.906,81, está sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas desde janeiro de 2016.

- b) Déficit Equacionado - Em observação ao art. 28, da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, o Déficit acumulado no final do exercício de 2010, da ordem de R\$ 4.735.437,54, foi equacionado através de contribuições extraordinárias, efetuadas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, a partir de março de 2012, num prazo de 6 anos, aplicando-se sobre o salário de contribuição, os seguintes percentuais:

ANO	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS	PATROCINADORES
De março/2012 a fevereiro/2013	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2013 a fevereiro/2014	0,54%	0,52%	0,53%
De março/2014 a fevereiro/2015	0,79%	0,66%	0,78%
De março/2015 a fevereiro/2016	1,10%	0,92%	1,08%
De março/2016 a fevereiro/2017	1,46%	1,21%	1,44%
De março/2017 a fevereiro/2018	2,15%	1,80%	2,14%

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL ATUARIAL		
DISCRIMINAÇÃO	2015	2015
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	233.962	208.930
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	-
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	233.962	208.930
BENEFÍCIOS A CONCEDER	104.778	101.680
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	19.894	14.834
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	71.032	73.297
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	13.852	13.549
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(24.897)	(31.211)
(-) SERVIÇOS PASSADOS	(22.806)	(28.508)
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	(2.091)	(2.703)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	313.843	279.399

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra o Déficit Técnico acumulado ao final dos exercícios de 2016 e 2015. Em função da inflação muito elevada e da volatilidade do mercado financeiro, a FAECES não conseguiu atingir a meta atuarial nestes exercícios, no entanto, a entidade vem promovendo ajustes na carteira de investimentos, o que vem lhe possibilitando um retorno positivo da carteira, mesmo assim, apesar de nominalmente a rentabilidade ter sido elevada, não foi suficiente para atingir a meta atuarial.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
EQUILÍBRIO TÉCNICO	18.046	10.455
DÉFICIT ACUMULADO	18.046	10.455
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	7.591	(14.553)
DÉFICIT ANTERIOR	10.455	25.008

12. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

A resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, no seu artigo 4º, incluiu o quadro de “Informações Complementares” na “Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, com o objetivo de demonstrar o cálculo utilizado para a apuração do equilíbrio técnico ajustado. E a Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015, apresentou os critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,65% e o valor contábil desses títulos (Nota 5). Estão sujeitos ao referido ajuste os títulos que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado em Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31/12/2016 resultou em um valor positivo de R\$ 6.266 mil (R\$ 6.488 mil em 2015) para o plano de Benefício Definido e R\$ 431 mil (R\$ 433 mil em 2015) para o plano de Benefícios II, conforme demonstrado a seguir:

(Valores em R\$ mil)							
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/08/2018	3.643	R\$ 9.500	R\$ 10.904	R\$ 10.992	R\$ 11.061	R\$ 157
NTN - B	15/05/2023	20.000	R\$ 47.293	R\$ 58.432	R\$ 59.653	R\$ 60.687	R\$ 2.255
NTN - B	15/05/2023	6.300	R\$ 14.917	R\$ 18.363	R\$ 18.791	R\$ 19.117	R\$ 754
NTN - B	15/05/2023	8.382	R\$ 20.014	R\$ 24.464	R\$ 25.001	R\$ 25.434	R\$ 970
NTN - B	15/05/2035	4.500	R\$ 10.959	R\$ 11.813	R\$ 13.777	R\$ 13.943	R\$ 2.130
TOTAL		42.825	R\$ 102.683	R\$ 123.976	R\$ 128.214	R\$ 130.242	R\$ 6.266

(Valores em R\$ mil)							
PLANO DE BENEFÍCIOS II							
ATIVO	VENCIMENTO	QUANT.	VALOR DE COMPRA	VALOR DO PAPEL NA CURVA	VALOR A MERCADO	VALOR A TAXA DO PASSIVO	VARIAÇÃO CURVA X TAXA DO PASSIVO
NTN - B	15/05/2023	1.676	R\$ 4.002	R\$ 4.892	R\$ 4.999	R\$ 5.086	R\$ 194
NTN - B	15/05/2035	500	R\$ 1.218	R\$ 1.312	R\$ 1.531	R\$ 1.549	R\$ 237
TOTAL		2.176	R\$ 5.220	R\$ 6.204	R\$ 6.530	R\$ 6.635	R\$ 431

13. FUNDOS

13.1. Fundo Previdencial

Conforme estabelecido no Art. 32 do Regulamento do Plano de Benefícios II, tendo observado os critérios da legislação vigente, a FAECES constitui o Fundo Previdencial utilizando os recursos relativos às contribuições dos patrocinadores, não resgatadas pelos participantes.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
FUNDO PREVIDENCIAL	552	446
REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	552	446

13.2. Fundo Administrativo

Registrado, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Resolução CGPC no 29, de 31 de agosto de 2009. As fontes de custeio obedecem às determinações do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovada pelo Conselho Deliberativo da FAECES, apropriadas do resultado das receitas e despesas previdenciais constituído de acordo com os critérios estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
FUNDO ADMINISTRATIVO	1.837	760

13.3. Fundo de Investimentos

Registra os valores destinados ao FGE – Fundo Garantidor de Empréstimos conforme previsto no Regulamento do Empréstimo, é constituído pelo aporte mensal de 0,03% sobre o saldo devedor de empréstimo do participante e seu objetivo é a cobertura das possíveis perdas com inadimplência e morte.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO	38	21

14. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, para o ano de 2016, o percentual de 8,5% sobre o montante dos Recursos Coletados Previdenciais e Despesas de Benefícios.

Este limite vem sendo observado rigorosamente pela entidade.

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
CUSTEIO ADM. PRATICADO (1 ÷ 2)	6,19%	7,74%
1 - DESPESA ADM. (PREVIDENCIAL + INVESTIMENTO)	2.691	2.989
2 - REC. PREVIDENCIAL + DESP. PREVIDENCIAL	43.469	38.615

15. CRITÉRIOS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O rateio das despesas administrativas totais entre a gestão previdencial, gestão assistencial e o fluxo dos investimentos foi realizado conforme pré-determinado pela Entidade e devidamente aprovado em Reunião de Conselho Deliberativo, por meio do orçamento programa 2016/2015.

Para 2016, os percentuais de rateio foram definidos através do levantamento das horas dispendidas pelos empregados da FAECES no atendimento dos planos de benefícios previdencial e assistencial, bem como a gestão dos investimentos, e sua aplicação abrangendo os gastos com pessoal, serviços, materiais, etc., em suas respectivas atividades. Em 2015, o rateio levou em consideração o número de participantes de cada plano.

Os percentuais se dividem da seguinte forma:

GESTÃO	2016 (%)	2015 (%)
PREVIDENCIAL	53	72
ASSISTENCIAL	26	7
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	21	21

16. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos exercícios de 2016 e 2015 foram apurados pelo regime de competência e resultaram no déficit contábil de R\$ R\$ 18.046 mil em 2016 e R\$ 10.455 mil em 2015.

A partir do exercício de 2015, a FAECES passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17/12/2015 (Nota 12).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização do superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC 22, de 25/11/2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula " $(duration - 4) \times 1\% \times \text{reserva matemática}$ ". Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula " $(10\% + (duration \times 1\%)) \times \text{reserva matemática}$ ".

A duração do passivo do plano de Benefício Definido da FAECES é de 10,35 em 2016 e 12,48 em 2015, com isso, a zona de equilíbrio para o déficit técnico é de respectivamente, 6,35% e 8,48%. A evolução do equilíbrio técnico ajustado acumulado, bem como, o índice de solvência, nos últimos 2 exercícios, estão demonstrados a seguir:

a) Cálculo do limite

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
1) Saldo das Provisões Matemáticas (Conta 2.3.1.1.00.00.00.00)	292.671	263.855
2) Cálculo do limite do Déficit Técnico acumulado		
2.1) Duração do Passivo deduzido 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,35	8,48
2.2) Limite do Déficit Técnico que deve permanecer $((1 \times 2.1 / 100) \times -1)$	(18.585)	(22.375)

b) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado

(Valores em R\$ mil)		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00.00)	(18.046)	(10.455)
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	6.266	6.488
6) Equilíbrio Técnico Ajustado (4 + 5)	(11.780)	(3.967)
7) Índice de Solvência $(6 / 1 \times 100)$	(4,02%)	(1,50%)

Conforme observado, no demonstrativo, os exercícios de 2016 e 2015 foram encerrados com o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 11.780 mil e R\$ 3.967 mil, respectivamente, resultando em um índice de solvência de 4,02% e 1,50%, inferiores aos limites da zona de equilíbrio mínima, 6,35% e 8,48%, respectivamente.

Dessa forma, nos referidos exercícios não existem a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit técnico.

17. AJUSTES E ELIMINAÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

Para consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados ajustes e eliminações nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA", de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

(Valores em R\$ mil)						
ATIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
DISPONÍVEL	57	7	-	47	-	111
REALIZÁVEL	277.273	21.930	-	2.501	(1.837)	299.867
Gestão Previdencial	1.614	335	-	-	-	1.949
Recursos a Receber	1.601	335	-	-	-	1.936
Depósitos Judiciais/Recursais	8	-	-	-	-	8
Outros Realizáveis	5	-	-	-	-	5
Gestão Administrativa	1.697	140	-	1.373	(1.837)	1.373
Contas a Receber	-	-	-	818	-	818
Despesas Antecipadas	-	-	-	4	-	4
Participação no Fundo Administrativo	1.697	140	-	-	(1.837)	-
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	534	-	534
Outros Realizáveis	-	-	-	17	-	17
Investimentos	273.962	21.455	-	1.128	-	296.545
PERMANENTE	-	-	-	198	-	198
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	3.516	-	-	3.516
TOTAL DO ATIVO	277.330	21.937	3.516	2.746	(1.837)	303.692

(Valores em R\$ mil)

PASSIVO	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II	ASSISTENCIAL	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
EXIGIVEL OPERACIONAL	970	71	-	428	-	1.469
Gestão Previdencial	950	67	-	-	-	1.017
Benefícios a Pagar	99	-	-	-	-	9
Retenções a Recolher	233	-	-	-	-	233
Outras Exigibilidades	618	67	-	-	-	685
Gestão Administrativa	-	-	-	425	-	425
Contas a Pagar	-	-	-	358	-	358
Retenções a Recolher	-	-	-	49	-	49
Tributos a Recolher	-	-	-	14	-	14
Outras Exigibilidades	-	-	-	4	-	4
Investimentos	20	4	-	3	-	27
EXIGIVEL CONTINGENCIAL	1	-	-	482	-	483
Gestão Previdencial	1	-	-	-	-	1
Gestão Administrativa	-	-	-	482	-	482
PATRIMÔNIO SOCIAL	276.357	21.867	-	1.837	(1.837)	270.171
Patrimônio de Cobertura do Plano	274.625	21.172	-	-	-	268.943
Provisões Matemáticas	292.671	21.172	-	-	-	279.398
Equilíbrio Técnico	(18.046)	-	-	-	-	(10.455)
Fundos	1.732	695	-	1.837	(1.837)	2.427
Fundos Previdenciais	-	552	-	-	-	552
Fundo Administrativo	1.697	140	-	1.837	(1.837)	1.837
Fundos de Investimentos	35	3	-	-	-	38
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	-	3.516	-	-	3.516
TOTAL DO PASSIVO	277.328	21.938	3.516	2.747	(1.837)	303.692

Luiz Carlos Cotta
Diretor-Presidente
CPF: 450.306.347-20

Marcelo Vieira Lopes
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 079.013.237-01

Luiz Carlos Cotta
Diretor de Seguridade
CPF: 450.306.347-20

Célio Ramos Lopes
Contador CRC 8016/O-7 ES
CPF: 787.168.886-34

PARECERES

13. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2016, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 274.625.597,54, era insuficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, representados pelas Provisões Matemáticas que atingiram o valor de R\$ 292.671.267,37.

Desta forma, fica evidenciado que o supracitado Plano encontrava-se atuarialmente desequilibrado naquela data, sendo registrado um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 18.045.669,83, equivalente a 6,17% das referidas Provisões Matemáticas.

II. DOS FATORES CAUSADORES DO DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

Pautando-se nos estudos realizados na data base de 31/12/2016, verifica-se que o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 18.045.669,83 foi causado principalmente pelos seguintes fatores:

	(Valores em R\$)
1) Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior	(10.454.565,98)
2) Atualização do Déficit Técnico Acumulado no exercício anterior, com base na meta atuarial	(1.407.184,58)
3) Insuficiência financeira decorrente dos rendimentos líquidos obtidos pelos investimentos do Plano terem sido inferiores à meta atuarial	(6.871.215,05)
4) Ganhos atuariais de causas diversas	687.295,78
5) Déficit Técnico Acumulado no exercício atual (1) + (2) + (3) + (4)	(18.045.669,83)

III. DO EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2010

III.1 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2016

Quanto ao Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2016 de R\$ 18.045.669,83, insta salientar que seu valor encontra-se abaixo do Limite de Déficit Técnico Acumulado, estabelecido pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015. Por essa razão, não há necessidade de elaboração do plano de equacionamento de déficit.

III.2 DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO EM 31/12/2010

No que tange ao equacionamento do Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2010, deve-se ressaltar que, de acordo com os estudos atuariais no momento desenvolvidos, as contribuições extraordinárias para participantes, assistidos e patrocinadores a serem praticadas a partir de março de 2017, pelo prazo remanescente de um ano, são as seguintes:

Ano	Contribuições Extraordinárias		
	Participantes (% aplicado sobre o salário de participação)	Assistidos (% aplicado sobre o benefício)	Patrocinadores (% aplicado sobre a folha de salário de participação)
Março/2017	2,15%	1,80%	2,14%

IV. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefício Definido da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade (a)	6,63%
Aposentadoria por Invalidez (b)	2,65%
Pensão (c)	3,77%
Pecúlio (d)	0,20%
Taxa de Carregamento (e)	6,57%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	19,82%
Custo Suplementar (g)	21,97%
Custo Total (h) = (f) + (g)	41,79%

V. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2016, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefício Definido da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

V.1. CONTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES:

V.1.1 Contribuição Normal de Participantes

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Idade na Data de Inscrição no Plano	Taxa aplicada sobre o salário de Participação	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao Teto do INSS	Taxa aplicada sobre o excesso do Salário de Participação em relação a 3x o Teto do INSS
14	2,48%	8,94%	2,37%
15	2,52%	9,14%	2,42%
16	2,57%	9,34%	2,46%
17	2,63%	9,53%	2,52%
18	2,68%	9,72%	2,56%
19	2,74%	9,92%	2,62%
20	2,78%	10,11%	2,66%
21	2,84%	10,31%	2,72%
22	2,89%	10,51%	2,76%
23	2,95%	10,69%	2,82%
24	2,99%	10,89%	2,87%
25	3,05%	11,09%	2,92%
26	3,10%	11,28%	2,97%
27	3,16%	11,47%	3,01%
28	3,20%	11,67%	3,07%
29	3,26%	11,86%	3,11%
30	3,31%	12,06%	3,17%
31	3,37%	12,25%	3,21%
32	3,41%	12,44%	3,27%
33	3,47%	12,64%	3,31%
34	3,52%	12,84%	3,37%
35	3,58%	13,02%	3,41%
36	3,63%	13,22%	3,47%
37	3,67%	13,42%	3,51%
38	3,73%	13,61%	3,56%
39	3,78%	13,81%	3,61%
40 ou mais anos de idade	3,84%	14,00%	3,66%

V.1.2 Contribuição Extraordinária de Participantes

- 2,15% aplicado sobre o salário de participação.

V.2. CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS:

V.2.1 Contribuição Normal de Assistidos

- Manutenção das taxas aplicadas no exercício anterior, a saber:

Suplementação inferior ou igual ao teto da Previdência Social	Suplementação superior ao teto da Previdência Social e inferior a 3x teto da Previdência Social	Suplementação superior a 3x teto da Previdência Social
4,90%	8,60%	12,30%

V.2.2 Contribuição Extraordinária de Assistidos

- 1,80% aplicado sobre o benefício.

V3. CONTRIBUIÇÃO DE PATROCINADORES:

V3.1 Contribuição Normal e Contribuição de Serviço Passado de Patrocinador

- **31,20%** (trinta e um vírgula vinte e três por cento) da folha total do salário de participação, sendo **9,23%** referentes ao Custo Normal e **21,97%** ao Custo Amortizante (Serviço Passado), previsto a vigorar pelo prazo de quatro anos, contados a partir de 31/12/2016. A referida taxa de **21,97%** foi estimada com base no valor esperado da amortização anual das Provisões Matemáticas a Constituir, admitindo-se o supracitado prazo de amortização e o Sistema de Amortização Constante como forma de amortização das referidas provisões, conforme previsto no Termo Aditivo 03 do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan - FAECES e a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, em 14/12/2015.

V3.2 Contribuição Extraordinária de Patrocinador

- 2,14% aplicado sobre a folha total de salário de participação.

VI. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É importante registrar que o Patrimônio de Cobertura do Plano, considerado no presente estudo, foi apurado com base nos registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	277.329.551,18
2.1	Exigível Operacional	(970.691,25)
2.2	Exigível Contingencial	(1.000,00)
2.3.2	Fundos	(1.732.262,39)
Patrimônio de Cobertura do Plano		274.625.597,54

VII. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefício Definido da FAECES, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2016 os seguintes valores:

Conta	Título	Valores em R\$
2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	274.625.597,54
2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas	292.671.267,37
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	233.912.597,04
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	83.655.866,90
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(24.897.196,57)
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	(22.806.325,46)
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores	(22.806.325,46)
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(2.090.871,11)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Patrocinadores	(866.124,38)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Participantes	(871.409,03)
2.3.1.1.03.02.00	(-) Assistidos	(353.337,70)
2.3.1.2.00.00.00	Equilíbrio Técnico	(18.045.669,83)

VIII. DA RENTABILIDADE OBTIDA

Com base na evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano e nos fluxos mensais de receitas e despesas do Plano de Benefício Definido da FAECEs, verifica-se que a rentabilidade nominal líquida obtida, no decorrer do exercício de 2016, foi de 10,74%, admitindo-se como forma de avaliação o método da Taxa Interna de Retorno. O resultado atingido corresponde à variação do INPC durante o ano de 2016, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 3,12% ao ano, índice inferior à meta atuarial de 5,65% admitida no encerramento do exercício de 2016.

IX. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,50%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECEs	Experiência na FAECEs

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,50%	1,00%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

X. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

XI. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido da FAECEs, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

XII. DAS ESTATÍSTICAS

XII.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R\$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	370	56	6.602,50	35	32
Feminino	93	53	7.544,45	32	29
Total	463				
Média		56	6.791,70	34	31

XII.2 Assistidos

Com base nas informações cadastrais dos assistidos, observa-se o seguinte:

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R\$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço	575	67	2.457,22
Aposentadoria por idade	26	78	1.103,74
Aposentadoria Especial	50	72	469,84
Aposentadoria por Invalidez	75	63	478,12
Pensão	181	71	719,90
Total	907		
Média		68	1.677,04

Vitória, 25 de janeiro de 2017.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

14. PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II DA FAECES REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016

I. DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Com base nos resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES, realizada na data base de 31/12/2016, concluímos que o Patrimônio de Cobertura do Plano, dimensionado em R\$ 21.172.123,33, era suficiente para honrar os compromissos assumidos com seus participantes e assistidos, encontrando-se o supracitado Plano atuarialmente equilibrado naquela data.

II. DOS CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Os custos do Plano de Benefícios II da FAECES, avaliados com base nos dados cadastrais dos participantes, nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, apresentaram os seguintes resultados:

Tipo de Benefício	Custo em % da folha total do salário de participação
Aposentadoria Normal e Antecipada (a)	12,09%
Aposentadoria por Invalidez (b)	0,25%
Pensão (c)	0,21%
Pecúlio (d)	0,06%
Taxa de Carregamento (e)	1,10%
Custo Normal (f) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e)	13,71%

III. DO PLANO DE CUSTEIO

Com base no resultado da avaliação atuarial realizada no encerramento do exercício de 2016, concluímos que as taxas de contribuição necessárias a custear o Plano de Benefícios II da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES são as determinadas a seguir:

III.1 Contribuição de Participantes

A contribuição estimada de participantes do Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2017, corresponde a 6,94% do Salário de Participação, sendo 6,13% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,26% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

III.2 Contribuição de Patrocinadores

A contribuição estimada de Patrocinadores, relativa ao Plano de Benefícios II, com vigência a partir de março de 2017, corresponde a 6,77% do Total da Folha de Salários de Participação, sendo 5,96% destinado à cobertura dos benefícios programáveis, 0,26% para custear os benefícios de risco e 0,55% para fazer frente ao custo de carregamento.

IV. DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Quanto ao Patrimônio de Cobertura do Plano no valor de R\$ 21.172.123,33, é importante registrar que foi apurado de acordo com os registros contábeis referentes ao encerramento do exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

Conta	Título	Valores em R\$
1	Ativo	21.937.457,31
2.1	Exigível Operacional	(70.962,67)
2.2	Exigível Contingencial	0,00
2.3.2	Fundos	(694.371,31)
Patrimônio de Cobertura do Plano		21.172.123,33

V. DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios II da FAECS, dimensionadas com base nos dados cadastrais de participantes e assistidos, bem como nas hipóteses atuariais e nos métodos de financiamento descritos no presente parecer, registraram na data de 31/12/2016 os seguintes valores:

	Valores em R\$
1. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	49.859,91
2. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	21.122.263,42
2.1 Benefício Programado – parcela Patrocinador	9.595.217,17
2.2 Benefício Programado – parcela Participante	10.299.047,90
2.3 Benefício Não Programado – parcela Patrocinador	613.999,17
2.4 Benefício Não Programado – parcela Participante	613.999,18
TOTAL	21.172.123,33

VI. DA RENTABILIDADE OBTIDA

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios II da FAECS, ao longo do exercício de 2016, foi de 13,30%, admitindo-se como parâmetros de avaliação os valores das cotas de dezembro de 2015 e 2016, respectivamente, 2,500233 e 2,832827. O resultado alcançado corresponde à variação do INPC durante o ano de 2016, aplicado com um mês de defasagem, acrescida de juros reais equivalentes a 5,50% ao ano, percentual abaixo da meta atuarial de 5,65% ao ano, admitida no encerramento do exercício de 2016.

VII. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação às hipóteses atuariais, necessário se faz ressaltar que foram mantidas as hipóteses utilizadas no exercício anterior, exceto a taxa de crescimento real de salário, que foi substituída pela taxa de 1,50%, conforme demonstrado a seguir:

Hipótese Biométrica e Demográfica	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-1983
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Forte	IAPB-57 Forte
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Light Média
Hipótese Sobre Rotatividade	0%	0%
Hipótese Sobre Gerações Futuras de Novos Entrados	Não considerada	Não considerada
Hipóteses S/ Composição Família de Pensionistas	Experiência na FAECS	Experiência na FAECS

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real de juros	5,65%	5,65%
Projeção de crescimento real de salário	1,50%	1,00%
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, dos benefícios da entidade e dos benefícios do INSS	98%	98%

VIII. DOS REGIMES FINANCEIROS

A respeito dos regimes de financiamentos utilizados, certificamos que os benefícios de aposentadoria e pensão foram avaliados adotando-se o regime de capitalização e o pecúlio por morte pelo regime de repartição simples.

IX. DAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Quanto às informações cadastrais dos participantes e assistidos do Plano de Benefício II da FAECES, atestamos que, após aplicação de teste de fidedignidade e realização de correções necessárias, foram consideradas confiáveis e apropriadas para servirem de base à elaboração da avaliação atuarial do Plano.

X. DAS ESTATÍSTICAS

X.1 Participantes

Com base nas informações cadastrais dos participantes, verifica-se o seguinte:

Sexo	Quantidade	Idade Média	Salário Médio (em R\$)	Tempo de Contribuição à Previdência Social Médio	Tempo de Serviço na Empresa Médio
Masculino	361	38	4.394,09	8	7
Feminino	217	36	4.755,81	8	7
Total	578				
Média		37	4.529,89	8	7

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Valor Médio do Benefício (em R\$)
Aposentadoria por Invalidez	1	60	307,21
Total	1		
Média		60	307,21

Vitória, 25 de janeiro de 2017.

João Vicente Dias
Atuário MIBA nº 439

15. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras da
Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES
Vitória, ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – FAECES (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº8), em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio líquido e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 17 de fevereiro de 2017.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-0

16. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, após análise das peças que compõem as Demonstrações Contábeis referentes ao EXERCÍCIO de 2016 instruídos pelos pareceres atuarial e de auditoria externa, além da aprovação pela Diretoria Executiva, verificou a exatidão das referidas peças, DECIDINDO POR UNANIMIDADE, PELA SUA APROVAÇÃO.

Vitória-ES, 10 de abril de 2017.

Reginaldo José de Castro
Presidente

Elza de Abreu Costa
Membro

Helio de Sousa
Membro

Millena Plaster Benevides Freitas
Membro

17. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da **Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN - FAECES**, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 16/12/2011, e suas alterações posteriores, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2016.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da FAECES, e considerando ainda o Parecer do Atuário Externo, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2016.

Vitória-ES, 11 de abril de 2017.

Mateus Rodrigues Casotti
Presidente

Adivalti Antônio Nunes Loureiro
Membro

Romeu Souza Nascimento Junior
Membro

Bianca Lemos De Sousa Lima
Membro

18. EXPEDIENTE

Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan – FAECES

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bl. A
Salas 1304 a 1313 - Centro - Vitória - ES / CEP: 29010-930
Telefone: (27) 2122-3900
E-mail: faleconosco@faeces.com.br
Site: www.faeces.com.br

Registro do PLASS - Plano de Assistência à Saúde da FAECES na ANS: **32.966-5**

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Cotta (Diretor-Presidente e Diretor de Segurança)
Marcelo Vieira Lopes (Diretor Administrativo e Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Ana Cristina Munhós de Souza (Presidente) | André Barbosa Barreto Duarte
Adivalti Antonio Nunes Loureiro | Millena Plaster Benevides Freitas

Suplentes:

Mateus Rodrigues Casotti | Romeu Souza Nascimento Junior
André Luiz de Oliveira Lima | Átila Travaglia Pasini

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Luciana Miranda Soares Garcia (Presidente) | Elza de Abreu Costa
Maria Luiza da Silva | Helio de Sousa

Suplentes:

Leonardo de Souza Mariano | Sebastião Fortes Coelho
Geovan Scheneider | Fabio Ferreira da Costa

Editado sob responsabilidade da Diretoria.

Produção:

Plus Interativa
Tel: (21) 3529-7816 / 2524-9790
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa Jr. / Plus (MTB 33650/RJ)



Relatório Anual 2016

Fundação Assistencial aos Empregados da Cesan - FAECES

Tel: (27) 2122-3900 | Fax: (27) 2122-3913
faleconosco@faeces.com.br

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed Palas Center - Bloco A
Salas 1304 a 1310, 1312 e 1313 - Centro
Vitória - ES
CEP: 29010-930

